

ELISÂNGELA MONTEIRO DA SILVA

EM PRETO E BRANCO:
***Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato,**
é uma obra infantil de ficção ou um
texto racista?

ELISÂNGELA MONTEIRO DA SILVA

**EM PRETO E BRANCO:
Caçadas de Pedrinho, de Monteiro Lobato,
é uma obra infantil de ficção ou um
texto racista?**

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luís Mialhe
Co-orientador: Prof. Dra. Cristina Maria Vasques

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Biociências da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -
Campus de Rio Claro, para obtenção do grau de
licenciada em pedagogia.

Rio Claro
2016

809
S586e Silva, Elisângela Monteiro da
 Em preto e branco : Caçadas de Pedrinho de Monteiro Lobato é uma
obra infantil de ficção ou um texto racista? / Elisângela Monteiro da Silva.
- Rio Claro, 2016
70 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Pedagogia) -
Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Jorge Luis Mialhe
Coorientadora: Cristina Maria Vasques

1. Literatura infantojuvenil - história e crítica. 2. Discussão sobre a
retirada da obra das escolas. 3. Racismo. 4. Literatura infantil. 5. Monteiro
Lobato. I. Título.

Dedico este trabalho a todos os professores
que empregam sua força de trabalho e
energia na educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a todos os professores que me auxiliaram no processo de construção deste trabalho de conclusão de curso.

A todos os outros profissionais que, indiretamente, também contribuíram para a minha formação.

À minha família e amigos, por todo carinho, compreensão e apoio.

"A literatura desconcerta, incomoda, confunde, desorienta mais do que os discursos filosófico, sociológico ou psicológico, porque apela para as emoções e a empatia."

(Antoine Compagnon)

RESUMO

Tia Nastácia, personagem da obra infantil de Monteiro Lobato, é reiteradamente chamada, em todas as histórias, de “preta”, “negra beijuda” e “negra velha”. Em *Caçadas de Pedrinho*, obra escrita em 1933, ela é também chamada de “macaca de carvão”, num episódio em que, fugindo de uma onça, dependura-se num pau de sebo. Essa expressão dada a Tia Nastácia pelo narrador, suscitou uma polêmica em torno da questão do racismo nessa obra, polêmica que tramita nas instâncias da administração pública brasileira sem previsão de julgamento e conclusão. A polêmica teve início em 2010, quando Antônio Gomes da Costa Neto – então técnico da Secretaria da Educação do Distrito Federal – fez uma denúncia ao Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre a existência de trechos com conteúdo racista na obra *Caçadas de Pedrinho*. Em 2011, o caso foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), pleiteando a interrupção do financiamento e da distribuição do livro pelo Governo Federal, bem como a proibição de sua utilização nas escolas sem que antes se acrescente a ele uma nota técnica sobre racismo. Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo investigar, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, dos pontos de vista sócio-histórico, cultural e legal, se o tratamento que o autor dá à personagem Tia Nastácia é racista ou constitui-se em uma referência ao momento histórico da escritura. Considerando-se o contexto em que foi escrita, não se pode dizer que a obra é racista, pois o tratamento majoritário que se dava aos negros era o mesmo que Lobato deu à Tia Nastácia. Pela perspectiva da literatura, a obra também não pode ser considerada racista, uma vez que é ficção e, portanto, inventada, construída para sensibilizar e emocionar o leitor, como se os fatos narrados fossem realidade. Dessa forma, todos os personagens de uma obra literária, inclusive o narrador, são pessoas fictícias, que não existem na realidade. Lobato é o *autor* da obra, pessoa diferente dos personagens e do narrador que criou. Assim, este estudo nos levou a crer que o queixoso, bem como todos os demais que aderiram à queixa contra *Caçadas de Pedrinho* não conhecem as especificidades do texto literário (ou não as levam em conta), pois as queixas são efetuadas com bases sociológicas, apoiadas no fato de ser, o autor da obra (pessoa real) – e não os personagens ou o narrador (pessoas fictícias) –, de fato, racista. As críticas à narrativa também fundamentam-se na legislação atual, que criminaliza o racismo, e não consideram que a obra foi escrita no início do século XX, num contexto em que os negros, recém libertos, sofriam todos os tipos de preconceitos. Reforçamos, com este estudo, a necessidade de preparo e formação dos profissionais da educação tanto para o trato com as questões étnico-raciais presentes no contexto escolar como para o trabalho com a literatura e suas especificidades.

Palavras-Chave: Racismo; Literatura; Monteiro Lobato; *Caçadas de Pedrinho*.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 TUDO COMEÇOU.....	10
2.1 Os trâmites legais.....	11
3 OS CAMINHOS DESTA PESQUISA.....	14
3.1. Nosso objetivo.....	14
3.2. As trilhas exploradas.....	14
4 O RACISMO E O NEGRO.....	17
4.1 Origem e desenvolvimento do racismo.....	17
4.2 O negro e as leis antirracismo no Brasil:.....	21
5 AS ESPECIFICIDADES DA LITERATURA.....	26
5.1 Monteiro Lobato e sua Literatura Infantil.....	28
5.1.1 Lobato, o Homem.....	29
5.1.2 A Literatura Infantil Lobatiana.....	33
5.1.3 De <i>A Caçada da Onça</i> às <i>Caçadas de Pedrinho</i>.....	36
6 UM QUEBRA-CABEÇA.....	42
6.1 As bordas.....	44
6.2 Juntando as peças.....	46
6.3 Identificando as partes.....	51
6.4. Encaixando as últimas peças.....	53
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	60

1 INTRODUÇÃO

Muitos de nós, brasileiros, chocamo-nos com atitudes como a que ocorreu em agosto de 2016, quando as redes sociais mostraram uma professora agredindo verbalmente com ofensas racistas outra mulher, numa praia do Rio de Janeiro (VÍTIMA, 2016). Essas atitudes são recorrentes em nosso país. Quem não se lembra do trote organizado pelos alunos de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no início de 2013, em que caracterizaram calouros como escravos negros (ROUSSELET, 2013); ou das declarações do Deputado Marco Feliciano sobre serem, os africanos – e por extensão, os negros – “descendentes amaldiçoados de Noé” (CAITANO, 2011); com a atitude xenofóbica de alguns médicos cearenses, na chegada dos cubanos ao Estado, bem como o com o posicionamento da jornalista potiguar Micheline Borges, que, em sua página de *facebook*, afirmou que as “médicas cubanas têm cara de empregada doméstica” (MÉDICO, 2013).

Apesar de a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), em seu Título II, Capítulo I, Artigo 5º, Parágrafo XLII, tipificar o racismo como crime inafiançável e imprescritível e apesar de a Lei 7.716/1989 (BRASIL, 1989), que define os crimes de racismo no Brasil estar em vigor há cerca de 25 anos, as medidas legais não são suficientes para dar conta do enfrentamento do preconceito racial arraigado no povo brasileiro desde os tempos da escravidão e da República eugênica. Pode-se dizer que a questão do racismo, no Brasil, é estrutural e

[...] não consiste apenas e tão somente em comportamentos desajustados de algumas pessoas que podem ser coibidos por medidas legais. O racismo está no DNA do capitalismo brasileiro, formado com base na acumulação primitiva de riquezas obtidas via escravismo colonial (OLIVEIRA, 2013).

Nesse contexto em que a mídia nos coloca cotidianamente em confronto com a realidade social que permanece desvalorizando o negro que, em 2013 tomamos conhecimento da polêmica desencadeada em torno da questão do racismo na obra *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato, publicada originalmente em 1933. A discussão iniciou-se em 2010, quando o Conselho Nacional de Educação (CNE) acatou a denúncia do professor Antônio Gomes da Costa Neto sobre a

existência de expressões racistas relacionadas ao tratamento dispensado à personagem tia Nastácia nessa obra integrante do PNBE de 1998 e do Programa Literatura em Minha Casa (os alunos de escolas públicas receberam a obra individualmente) do PNBE de 2003, distribuída gratuitamente pelo governo (POLÊMICA, 2013).

O PNBE é desenvolvido desde 1997 e tem por objetivo “promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência” (MEC, 2016).

Somos absolutamente apaixonadas pelas histórias infantis de Monteiro Lobato e, até 2013, não havíamos pensado que essas histórias, que encantaram gerações de brasileiros (e ainda encantam), pudessem ter um conteúdo racista. Por isso, nos interessamos pelo tema. Além disso, havíamos aprendido, na faculdade, que literatura não podia ser confundida com a realidade; que um autor é uma pessoa real, enquanto o narrador de uma história é apenas mais um personagem. Nós precisávamos examinar os fatos – e a obra, obviamente – antes de decidir se *Caçadas de Pedrinho* seria ou não uma história racista.

O resultado dessa nossa curiosidade é esta pesquisa, aqui apresentada em capítulos.

Embora saibamos que o termo pica-pau deve conter um hífen, pois se trata de um composto que designa espécie animal (TUFANO, 2008), optamos por utilizar o termo sem o hífen, como ele se encontra nas obras lobatianas.

Para que pudéssemos verificar se a acusação de Costa neto é procedente, realizamos uma pesquisa qualitativa com cunho bibliográfico, exploratório e documental, que estruturamos em cinco capítulos. O Primeiro deles, sob o título “Tudo começou...”, trata dos detalhes sobre a denúncia e o subcapítulo “Os trâmites legais”, dos rumos que ela tomou, chegando ao Supremo Tribunal Federal.

O segundo capítulo, intitulado “Os caminhos desta pesquisa” apresenta, em seu primeiro subcapítulo, o objetivo deste estudo e em seu segundo subcapítulo, “As trilhas exploradas”, a metodologia empregada é discutida e os procedimentos metodológicos são detalhados. No capítulo seguinte tratamos, no primeiro subcapítulo, da origem e desenvolvimento do racismo e no subcapítulo posterior, do racismo no Brasil, bem como da legislação para combatê-lo.

A seguir, discorreremos sobre literatura, apontando algumas de suas especificidades que precisam ser consideradas na análise de uma obra. Como nossa pesquisa enfoca uma obra de Monteiro Lobato, foi necessário que apresentássemos o autor, as características de seus textos literários infantis e a obra com a qual trabalhamos, *Caçadas de Pedrinho*. Para tanto, dividimos o subcapítulo “Monteiro Lobato e sua literatura infantil” em três outros subcapítulos: “Lobato, o homem”. “A literatura infantil lobatiana” e “De *A Caçada da Onça* às *Caçadas de Pedrinho*”.

O último capítulo coloca as questões que foram levantadas durante o estudo e traz, dividida em quatro subcapítulos, a discussão sobre elas. O primeiro subcapítulo, “As bordas”, discute o racismo no Brasil. O segundo, “Juntando as peças”, trata de discutir os significados das palavras e expressões referentes a tia Nastácia consideradas racistas por Costa Neto.

No subcapítulo seguinte, que denominamos “Identificando as partes” consideramos a solicitação do denunciante de se colocar uma nota explicativa sobre o racismo nas edições futuras de *Caçadas de Pedrinho*. No subcapítulo final, “Encaixando as partes”, apontamos a importância da personagem tia Nastácia no conjunto das obras infantis e juvenis de Monteiro Lobato.

Em seguida, procedemos às nossas considerações finais, deixando claro que há muito a ser discutido em relação ao racismo no Brasil e que a polêmica gerada pela denúncia de Costa Neto foi uma oportunidade para que essa discussão envolvesse várias esferas da sociedade, ganhando espaço nas escolas, na mídia e, em consequência disso, nos lares brasileiros.

2 TUDO COMEÇOU...

A polêmica em torno da existência de racismo em *Caçadas de Pedrinho* teve seu início em 30 de junho de 2010. Tia Nastácia, personagem da obra infantil de Monteiro Lobato, é reiteradamente chamada, em diversas histórias, de “preta”, “negra beijuda” e “negra velha”. Nessa história, o personagem Marquês de Rabicó encontra os rastros de uma onça pintada próximos ao Sítio do Picapau Amarelo. Os primos Pedrinho e Narizinho organizam uma expedição em busca do animal e voltam com a onça abatida. Os animais revoltam-se e decidem atacar o Sítio. Todos subiram em pernas de pau que tinham feito para a ocasião. Tia Nastácia, que não acreditava nessa possibilidade,

[...] ficou embaixo rezando [...]

Súbito – *Miau!* Um horrível miado ressoou no pasto [...] Logo em seguida surgiram de dentro de tôdas as moitas uma infinidade de caras de onças e jaguatiricas e iraras e cachorros-do-mato com olhos ameaçadores e dentuças arreganhadas.

Só então a negra se convenceu de que tinha errado [...] Olhou aflita para a escada. Bobagens, escada! As onças também trepariam pelos degraus. Seus olhos esbugalhados procuravam inútilmente a salvação.

– Trepe no mastro! – gritou-lhe a Cléu.

Sim, era o único jeito – e *tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou que nem uma macaca de carvão*, pelo mastro de S. Pedro acima, com tal agilidade que parecia nunca ter feito outra coisa na vida senão trepar em mastros (LOBATO, 1962, p. 52-53, grifo nosso).

Transcorridos quase 80 anos da primeira edição, essa expressão (macaca de carvão) dada à tia Nastácia pelo narrador da história, juntamente com a que é utilizada quando os personagens estão planejando a defesa do Sítio e Emília diz que

se as onças atacarem, “Não vai escapar ninguém – nem *tia Nastácia, que tem carne preta*” (LOBATO, 1962, p. 32, grifo nosso) – foram as desencadeadoras da denúncia de autoria do professor Antônio Gomes da Costa Neto, possivelmente motivado pelo repúdio aos episódios racistas recorrentes na sociedade brasileira, como os que apontamos na introdução deste estudo.

2.1 Os trâmites legais

À época técnico em gestão educacional da Secretaria do Estado da Educação do Distrito Federal, Costa Neto era também pesquisador da área temática das relações étnico-raciais na escola pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UnB. Em sua denúncia, solicitou a retirada de *Caçadas de Pedrinho* das escolas de Brasília por ser, o personagem feminino e negro tia Nastácia alvo de referências estereotipadas do negro que se repetem em diversos trechos do livro (BRASIL, 2010a).

A crítica feita pelo denunciante baseia-se na legislação antirracista brasileira, a partir da promulgação da Constituição de 1988, na legislação educacional em vigor e em estudos teóricos que discutem a necessidade e a importância do trabalho com uma literatura antirracista na escola superando a adoção de obras que fazem referência ao negro com estereótipos fortemente carregados de elementos racistas (BRASIL, 2010a).

Para justificar sua denúncia, Costa Neto debruça-se sobre a 3ª edição, 1ª reimpressão da obra lobatiana, publicada no ano de 2009, enfatizando que a editora insere, nessa edição, notas explicativas sobre a adoção das novas normas ortográficas, assim como a contextualização da obra diante de avanços e mudanças sociais, principalmente no que tange à preservação do meio ambiente, como a explicação de que a caçada da onça que compõe a história “acontece em um tempo em que os animais silvestres ainda não estavam protegidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), nem a onça era uma espécie ameaçada de extinção, como nos dias de hoje (BRASIL, 2010a, p. 3). No entanto, não há nenhuma menção à questão do racismo.

Como resposta, a princípio,

[...] o Conselho recomendou, por meio do parecer nº 15/2010, que a distribuição do livro pelo governo fosse suspensa. Além disso, o órgão recomendou o acréscimo ao livro de uma nota alertando sobre o conteúdo e orientou que as escolas utilizassem o livro apenas se o professor tivesse preparo para tratar de racismo com os alunos. A deliberação não foi homologada pelo então ministro da Educação, Fernando Haddad. O Ministério da Educação solicitou ao CNE que revisasse a recomendação. O Conselho voltou atrás e decidiu, com novo parecer (nº 6/2011), que cada professor deveria dar as explicações necessárias sobre preconceito em sala de aula, além de sugerir que fosse acrescentada uma nota explicativa sobre o conteúdo na obra e reiterou a necessidade de capacitar os profissionais da educação para discutir assuntos étnico-sociais (POLÊMICA, 2013).

Não satisfeito, o autor da denúncia, juntamente com o Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (IARA) entraram com um processo judicial para que o livro deixasse de ser financiado e distribuído pelo governo, bem como impedido de ser utilizado nas escolas sem o acréscimo de uma nota técnica sobre racismo, além de medidas concretas para a capacitação dos professores para o trato com a educação étnico-racial (POLÊMICA, 2013).

O caso chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que realizou duas audiências de conciliação ocorridas em setembro de 2012, sob a convocação do ministro Luiz Fux, as quais não chegaram a um consenso definido sobre a problemática.

Em paralelo ao processo para que Caçadas de Pedrinho não fosse mais financiado e distribuído pelo governo, em 2013, Antônio Gomes e o IARA abriram mais um processo no STF, relativo ao

[...] não cumprimento ou cumprimento parcial da Lei nº 10.639/03, alterada pela Lei nº 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio (POLÊMICA, 2013).

Em relação ao processo anterior, o IARA consegue um mandato de segurança que, em 2014, é negado pelo Ministro Luiz Fux, por “entender que não cabe ao Supremo julgar mandado de segurança contra ato do Ministério da Educação (RICHTER, 2014), pois a Constituição Federal não autoriza o STF a julgar Mandado de Segurança contra atos de Ministros de Estado (apenas contra

atos do presidente da República, dos presidentes da Câmara e do Senado, do Tribunal de Contas de União, da Procuradoria Geral da República e do próprio STF). Além disso,

[...] o mesmo pedido já havia sido feito — e negado — para a Câmara de Educação Básica, Plenário do Conselho Nacional de Educação e para o ministro da Educação. O instituto, que se declara como uma entidade de defesa da igualdade racial, queria que a Presidência decidisse. Mas a resposta foi que, como já houve resposta de três instâncias administrativas, a matéria já estava resolvida (FUX, 2014).

Depois dessa última decisão oficial, não se ouviu mais falar dessa polêmica na grande mídia.

3 OS CAMINHOS DESTA PESQUISA

3.1. Nosso objetivo

Esta pesquisa teve por objetivo investigar a questão do racismo no Brasil, de modo a entendermos se “Caçadas de Pedrinho”, obra do escritor brasileiro considerado oficialmente o “pai” da literatura infantil na América do Sul, Monteiro Lobato, tem realmente um conteúdo racista, e, por isso, deve ser retirada do PNBE ou receber uma nota técnica sobre racismo e só ser utilizada, em sala de aula, por professores que receberam capacitação específica em educação étnico-racial, ou ainda, se é apenas uma obra literária – como tantas outras – que representa o ideário de seu tempo de escritura.

3.2. As trilhas exploradas

A mídia nos apresenta, diariamente, situações e fatos que contribuem com a constatação de um acentuado sentimento racista – em relação a indivíduos negros ou descendentes deles, que trazem as marcas da raça na pele e nos cabelos, principalmente – do povo brasileiro. Por isso, esta pesquisa perpassa o olhar midiático, diariamente ‘lança’, situações e fatos que têm contribuído para a formação ou perpetuação de um acentuado sentimento preconceituoso e racista nos brasileiros. As pesquisas comprovam que “ao ser confrontado com as estatísticas, o racismo brasileiro, sustentado em três séculos de escravidão, desvela-se como uma verdade factual” (MARTINS, 2014).

Desse modo, acreditamos que o exame do suposto conteúdo racista em *Caçadas de Pedrinho* exige que entendamos o que é racismo e qual o seu percurso histórico, social e cultural no Brasil. Nesse sentido, o estudo levanta aspectos sobre os quais devemos refletir – enquanto seres humanos e brasileiros, formados por uma miscigenação, única no mundo, de raças (FREYRE, 1970).

Pensando em *Caçadas de Pedrinho* enquanto obra literária, precisamos nos lembrar que ela existe somente no contexto ficcional, e não na realidade, embora tenha sempre como fundamentação – apoiando ou sendo contra – seu contexto de escritura. Além disso, quem estuda literatura sabe que não se pode julgar uma obra apenas por pequenos trechos nela contidos (WELLEK; WAARREN, 2003), no caso, o fato de ter sido chamada pela boneca Emília de “carne preta” e pelo narrador, de “macaca de carvão” uma única vez em todas as histórias que compõem a obra infantil lobatiana.

Diante dos aspectos que mencionamos neste subcapítulo, nossa pesquisa, num primeiro momento, necessitou de uma leitura minuciosa da obra a ser estudada, a fim de diagnosticarmos os trechos em que aparecem falas supostamente racistas – e não somente relacionadas à condição racial de tia Nastácia – de modo a verificar se o conteúdo da obra, como um todo, é ou não racista. Ao mesmo tempo, buscamos uma bibliografia elucidativa sobre a questão do racismo no Brasil, para que pudéssemos compreender de que modo ele surgiu e se encaminhou em nossa História, perpetuando-se até os dias de hoje. Nessa etapa, examinamos obras de Gilberto Freyre (1970; 1977) e Lilia Moritz Schwarcz (1987), dentre outros autores, que tratam da questão do negro no Brasil, no período que envolve nossa pesquisa.

Foi também necessário um exame da legislação pertinente ao racismo, bem como dos processos e pareceres referentes às denúncias de Antônio Gomes da Costa Neto e do IARA.

Nossas buscas bibliográficas se estenderam ainda às questões literárias (artísticas) características de *Caçadas de Pedrinho*, especialmente sobre como se dão as relações da literatura, enquanto arte, com a história, a filosofia e a sociedade – tanto de seu tempo de escritura, como dos tempos de leitura. Para tanto, examinaremos autores como Wellek e Warren (2003), Cândido et al (1970), Paz (1982) e autores que tratam da literatura infantil, com ênfase na obra lobatiana,

como Coelho (1984), Dantas (1982) e Lajolo (2000; 2011), dentre vários outros, bem como os que tratam da biografia de Lobato, como Cavaleiro (1956a; 1956b).

Assim, nossa pesquisa teve um caráter qualitativo com cunho bibliográfico (ANDRÉ, 1995) – exploratório e documental, fundamentada na História Cultural, que permite a leitura cultural de todos os tipos de narrativa [...], como representações que dão origem à historicidade dos textos (CHARTIER, 2006).

Este tipo de pesquisa tem como vantagem o acesso a uma gama de informações, impossíveis por outros estilos de pesquisa. Exigiu da pesquisadora cuidado e atenção na investigação dos dados encontrados, buscando confrontá-los com outras informações, para que não fossem alimentados conceitos errôneos (CARVALHO et al, 2004).

Após as leituras foram realizadas a sistematização e a análise dos dados obtidos, que deram origem a este trabalho, que se tornará público a fim de que possa ser utilizado como coadjuvante de outros estudos de obras literárias que envolvam conteúdos históricos, filosóficos, sociais e pedagógicos.

4 O RACISMO E O NEGRO

Dada a problemática da acusação de *Caçadas de Pedrinho* como obra possuidora de trechos racistas, sentimos necessidade de definir, com bases teóricas, os conceitos de racismo que tangem os processos que envolvem a problemática aqui estudada.

4.1 Origem e desenvolvimento do racismo

De acordo com Carlos Moore Wedderburn (2007), a origem e o desenvolvimento do racismo no mundo desafiam a área das Ciências Humanas. Dentro desse tema, há outra incógnita com que se deparam os cientistas: a relação entre a escravidão e os negros que, historicamente, têm sido representados como “massa servil”.

O que se sabe é que a grande maioria dos estudiosos da origem humana, na atualidade (FOURNIER-GONZÁLEZ, 1901; LOOMIS, 1967; DIOP, 1991; CAVALLI-SFORZA; CAVALLI-SFORZA, 2002; OLSON, 2003; FOLLEY, 2003), não têm dúvidas de que o homem surgiu no continente africano; que sua pigmentação era, melanodérmica (negra), devido às condições geográficas e climatológicas, pois servia de proteção à grande incidência de raios ultravioletas; e que o *homo sapiens sapiens, melanodérmico*, migrou, há cerca de 80 a 100 mil anos, do continente africano para o resto do mundo. Daí surgiram as raças, “como respostas adaptativas aos diferentes meio-ambientes aos quais se viram expostos os *homo sapiens sapiens* enquanto migravam por todo o planeta” (WEDERBURN, 2007, p. 28).

Wedderburn (2007) afirma que seus estudos o levaram à constatação de que houve, em épocas longínquas, conflitos dramáticos entre povos negros e não negros (brancos e amarelos) que geraram os antigos mitos dos povos euro-semitas e explicariam a aversão e o medo que causa a cor negra na Europa, Oriente Médio, Ásia Meridional e, por extensão, nas Américas:

[...] “luto”, “tenebroso”, “maléfico”, “perigoso”, “diabólico”, “pecado”, “sujo”, “bestial”, “primitivo”, “inculto”, “canibal”, “má sorte”... [...] Com efeito, não vemos como desvincular a realidade contemporânea, dominada por uma visão negrofóbica em escala mundial, de uma realidade semelhante evidenciada nos mitos e nos textos mais antigos dos povos eurosemitas da Europa, do Oriente Médio e da Ásia Meridional, incluindo a própria Bíblia, de origem judaica, os textos védicos [...] os textos fundadores do Zoroastroismo persa e, finalmente, o Alcorão (WEDDERBURN, 2007, p. 30).

Na Antiguidade, gregos e romanos eram xenófobos e consideravam bárbaros quaisquer estrangeiros. Seu meio de produção era escravagista e a maioria dos escravos, brancos e europeus. A partir de suas conquistas na África e Oriente Médio, os impérios tornam-se multirraciais.

Assim, é possível rastrear a evolução da visão raciológica dos gregos e romanos, ao longo desse período, evidentes nos textos produzidos pelas suas elites dominantes. [...]

No que concerne às bases do pensamento helenístico e romano sobre a natureza humana, o texto da *Ilíada*, de Homero, registra enigmáticas referências a lutas violentas pela posse do Mediterrâneo, entre “xantus” (cor clara) e “melantus” (cor preta) [...] trata-se de uma simbologização (transformação em mitologia e fantasmas) de confrontações reais entre povos europeus autóctones e sedentários de pele negra, por uma parte, e de invasores ariano-europeus nômades provindos dum berço frio euro-asiático (WEDDERBURN, 2007, p. 34-35).

No entanto, mesmo no pensamento greco-romano, o racismo foi uma realidade social e cultural pautada também no *fenótipo*:

A *Fisiognomica* de Aristóteles [...] por exemplo, é *racialmente* determinista, fixando qualidades e defeitos morais do ser humano segundo critérios baseados puramente no *fenótipo*. Entre esses, “a cor demasiado negra é a marca dos covardes”, enquanto “a cor rosada naturalmente enuncia as boas disposições”. [...]

Plínio, em sua *História Natural*, se refere às características raciais fazendo distinções detalhadas, no seu Livro VII, intitulado *O Homem*. Heródoto, no Livro VII, trata das diferenças raciais ao discutir a

Etiópia. Strabo, no seu trabalho sobre a geografia, discute abundantemente sobre as raças e as diferenças de tipos humanos em todo o planeta. Em realidade foram poucos os autores clássicos que não comentaram em alguma parte de suas obras sobre a raça e as diferenças fenotípicas. Plínio, referindo-se aos etíopes, chegou até a comentar: “Quem acreditaria nos etíopes antes de vê-los?... Na perspectiva de alguém de uma raça diferente, um estrangeiro é menos que um membro da espécie humana!” (WEDDERBURN, 2007, p. 35-36).

O fenótipo, de acordo com Wedderburn (2007, p. 184),

[...] é um elemento objetivo, real, que não se presta à negação ou confusão; é ele, não os genes, que configura os fantasmas que nutrem o imaginário social; que serve de linha de demarcação entre os grupos raciais, e como ponto de referência em torno do qual se organizam as discriminações “raciais”.

Nesta perspectiva, o surgimento do racismo pode ser considerado fruto do conceito de raça:

O preconceito de “raça” ou de “cor” era um componente organizatório da sociedade de castas. Nela, porém, a representação do negro como socialmente inferior correspondia tanto a uma situação de fato, como aos valores dominantes na sociedade. [...] era um componente essencial e “natural” do sistema de castas (CARDOSO, 1962, p. 281).

Reforçando a questão fenotípica, é a partir da expansão árabe-muçulmana que se iniciou por volta do século VIII, é que a naturalização da escravidão negra é legitimada, pela apropriação da lenda de origem judaica

[...] segundo a qual “Ham”, filho de Noé, e ancestral dos negros, foi condenado a ser negro por causa do seu pecado. A maldição do Ser negro e escravizado foi transmitida a todos seus descendentes. Essa história dá um exemplo interessante dos objetivos e utilização dos mitos (WEDDERBURN, 2007, p. 59).

No entanto, “Ham” só é negro na tradição muçulmana, e não na judaica. Fato é que

A visão raciológica ganharia espaços ainda maiores com os imperialismos Persa, Bizantino e Árabe do Oriente Médio. Existem informações suficientes sobre a visão ideológica e as práticas sociais do mundo imperial Árabe, para sustentar a premissa de que a prática

socioeconômica e justificação jurídico-religiosa da *escravidão racial* foi iniciada no mundo árabe-muçulmano do século IX. [...]

Os árabes não foram apenas os principais fornecedores de escravos para o tráfico dos europeus, mas também escravizaram por conta própria milhões de africanos. (WEDDERBURN, 2007, p. 66-67).

E estiveram à frente do tráfico de escravos negros por séculos. Dividiram o continente africano em províncias para atender ao fornecimento de escravos e os escoavam pelos Oceanos, inclusive o Atlântico, rumo ao Brasil.

Os colonialismos e imperialismos surgidos em diversas épocas [...] exibem uma dupla natureza constituída pela relativa coerência ético-moral interna, e a irrestrita crueldade para com o “Outro Total” [...] este é designado a partir do fim do Império Romano, não somente em termos essencialmente xenófobos, mas crescentemente em termos de feições, de cor e de textura dos cabelos. O “Outro Total” é de pele negra, de cabelos crespos, de feições “toscas” e habita, simbólica e concretamente, num continente distante, escuro e ameaçador. Os dados à nossa disposição apontam para um fato que dificilmente poderá ser ignorado sem comprometer a própria confiabilidade do relato histórico: foi o continente africano, e seus habitantes de pele negra, que, a partir da queda do Império Romano, se converteram, crescentemente, no alvo predileto dos empreendimentos de procura de mão de obra escrava pelas grandes potências [...]

Com isso, a realidade conduz a outra premissa radicalmente diferente: sem a escravização dos povos africanos não haveria capitalismo (WEDDERBURN, 2007, p. 95-96).

Além da representação simbólica em que o homem cria conscientemente a transformação do outro, habitante de um “continente distante, escuro e ameaçador”, em ser inferior, há uma outra forma de representação, denominada de *simbológica*, em que o ser humano reformula, ao longo do tempo, um conjunto de símbolos que passam a representar uma nova realidade, desprovida de memória. E coloca o racismo como uma dessas realidades, juntamente com religiões, sexismo, anti-semitismo, homofobia, etc. No entanto, “[...] o racismo aparece claramente como a forma de consciência mais violenta e abrangente, porquanto ele implica em uma vontade e intenção de *extermínio* do Outro” (WEDDERBURN, 2007, p. 180, grifo do autor):

O tipo de ódio que o racismo consegue gerar, libera energias destruidoras sem paralelo com os outros sentimentos de animadversão. O racismo talvez seja a única forma de ódio capaz de apagar todas as fronteiras ético-morais para permitir uma forma de

insensibilidade total ao sofrimento do Outro. Ele libera o indivíduo e a coletividade de qualquer entrave ou amarra para cometer o ato de exterminação contra aqueles que se odeia com tanta intensidade (WEDDERBURN, 2007, p. 105, grifo do autor).

Diante de tudo o que foi exposto e do fato de ser, o racismo, uma representação simbólica, pode-se afirmar que

[...] o racismo foi um dos subprodutos das violentas confrontações de povos que se sucederam em torno do Mediterrâneo, por mais de um milênio, começando nos alvares do terceiro milênio a.C. [...]

A fenotipização dessa dinâmica de oposição e a sua progressiva sublimação *simbólica* [...] seria, assim, a mais provável origem do racismo na história da humanidade.

Do que precede, deduz-se que o racismo não poderia ter surgido num só lugar geográfico e cultural, a partir do qual teria se irradiado para as outras sociedades. Também não condiz com os fatos históricos a conclusão de que ele teria surgido em um momento específico. As evidências de que dispomos apontam para o fato de que ele teria surgido, autonomamente, em vários cantos do planeta, em diferentes épocas, e em várias culturas não necessariamente conectadas entre si. (WEDDERBURN, 2007, p. 180-181).

4.2 O negro e as leis antirracismo no Brasil:

Mesmo após o fim da escravidão, a queda da monarquia e a mudança do regime político-administrativo, no século XIX, os negros continuaram a ser considerados inferiores, degenerados, ébrios, alienados, desleais e amorais, fardos para o Brasil do progresso, concepções fortalecidas pela doutrina do racismo científico advinda da Europa. Nessa época, a ideologia de branqueamento da população marca a vinda da mão de obra imigrante para o trabalho antes realizado por escravos, para a expansão da lavoura cafeeira e pela exclusão dos negros destes postos de trabalho. Neste contexto não havia assistência ao negro, agora liberto. Somado a isso, havia leis que proibiam a arte negra e suas manifestações culturais, como a capoeira, a batucada e o candomblé, consideradas práticas de barbárie (SCHWARCZ, 1987).

A partir de 1933, com a publicação do clássico *Casa Grande & Senzala*, do sociólogo Gilberto Freyre, inicia-se um questionamento aberto sobre a concepção vigente da inferioridade negra. Esta obra é a primeira, no Brasil, que trata da

valorização do negro – aspecto transgressor, à época – e de sua contribuição para a construção do país. Ainda que tenha sido uma obra revolucionária, um marco no processo reconhecimento do negro e de grande importância para se pensar as origens do Brasil, vale ressaltar que foi escrita por um autor branco e, muito provavelmente por isso, uma das principais críticas a essa obra é o reflexo do pensamento da classe dominante (GIUCCI, 2010).

Em *Casa Grande & Senzala*, Freyre (1977, p. 283) diz que “Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma e no corpo [...] A influência direta, ou vaga e remota, do africano. Na ternura, na mímica excessiva [...] na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno”. Freyre fala, ainda, das primeiras histórias de bichos e assombração trazidos da África e adaptados ao Brasil, como a Cuca, o papão, o lobisomem, a alma penada, o Saci-pererê, o a mula-sem-cabeça, a caipora, o sapo cururu e a mãe-d’água, dentre muitos outros.

O autor de *Casa Grande & Senzala* não se esquece de que um dos traços mais marcantes da infiltração da cultura negra na economia e na vida doméstica brasileira está relacionada à culinária, com a introdução do azeite-de-dendê e a pimenta malagueta, tão característicos até os dias de hoje na cozinha baiana, com variações na maneira de preparar a galinha e o peixe, bem como a diversificação do uso da banana, do quiabo e na condimentação, dentre outras inovações como o quibebe, o mungunzá e pé-de-moleque (FREYRE, 1977).

Nesse contexto histórico de valorização, o movimento negro ganha corpo e força, e inicia-se a busca da preservação de sua memória e cultura, assim como de sua integração à sociedade, objetivando igualdade de direitos (GIUCCI, 2010). Apesar disso, somente em três de julho de 1951 é que o Congresso brasileiro aprova a Lei 1.390, proposta pelo jurista, professor, político e historiador Afonso Arinos de Melo Franco, lei que ficou conhecida como “Afonso Arinos” e que transformava em infração penal quaisquer práticas que fossem resultado de preconceito de raça ou cor:

“Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art 2º Recusar alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de côr. [...]

Art 3º Recusar a venda de mercadorias e em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e

locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de côr [...]

Art 4º Recusar entrada em estabelecimento público, de diversões ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros por preconceito de raça ou de côr. [...]

Art 5º Recusar inscrição de aluno em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de côr. [...]

Art 6º Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de côr. [...]

Art 7º Negar emprêgo ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de côr (BRASIL, 1951).

A Lei Afonso Arinos previa penas de “prisão simples” que variavam entre 15 dias e um ano, cambiáveis por multas que podiam variar entre 500 a 20 mil cruzeiros (BRASIL, 1951). No entanto, ninguém foi preso com base nessa lei e o ideário freyreano do negro permaneceu intocado até o ano de 1968. Então, surge uma crítica bem fundamentada a Freyre. Trata-se da obra *O Caráter Nacional Brasileiro: História de uma Ideologia*, em que Dante Moreira Leite acusa ser o autor de *Casa Grande & Senzala*, um intelectual de direita, apoiador do sistema, e o método empregado por ele,

[...] um enorme processo de deformação, porque constitui uma teoria correta, a da miscigenação, que distorce a realidade existente. Sem um ponto de vista teórico bem definido, sem um método de explicação antropológico, sociológico ou histórico, suas hipóteses básicas se fundamentam em intuições pessoais. [...]

Somente uma perspectiva conservadora da história social poderia perceber “doçura” nas relações entre senhores e escravos. Freyre não admite plenamente a crueldade do sistema de trabalho colonial, porque sua tese da miscigenação serve como justificativa ideológica do domínio da elite” (GIUCCI, 2010).

Essa crítica suscitou outras e fortaleceu o movimento negro, mas somente em 1989 é que a Lei 7.716, também conhecida como lei antirracismo, transforma em crime o que era apenas contravenção: as práticas decorrentes de preconceito de raça e cor. E amplia as penas para até cinco anos de prisão. A proposta dessa lei foi do deputado negro Carlos Alberto Oliveira, o “Caó” e manteve, em linhas gerais, o mesmo teor da Lei Afonso Arinos. Porém, teve o mérito de regulamentar o trecho da

Constituição Federal que torna o crime de racismo imprescritível e inafiançável (CRIADA, 2013).

Em 1997, o também deputado negro Paulo Paim propõe uma modificação à lei antirracismo e a Lei 9.459, de 13 de maio é aprovada, alterando “os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 [Código Penal]” (BRASIL, 1997). Essas alterações ampliam o alcance da lei, incluindo entre as práticas que podem ser punidas a discriminação, o preconceito e a injúria devidos à origem, religião, raça, etnia e cor de pele (CRIADA, 2013).

No ano de 2003, a Lei 10.678, de 23 de maio, cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, como órgão diretamente ligado à Presidência da República. Os estados e municípios começam a criar órgãos de Promoção de Igualdade Racial e surgem inúmeras ONGs com o objetivo de promover a igualdade racial:

[...] a lei tem motivado a criação de legislações semelhantes em âmbito estadual e municipal.

No campo da institucionalização da política, o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) promove a sinergia e o compartilhamento de responsabilidades e competências entre o Governo federal, os estados, os municípios e o DF. Já são mais de 300 instâncias de promoção da igualdade racial em todo o país (entre órgãos e conselhos) (GOMES; BARROS, 2016).

Em 2008 a Lei 11. 645, de 10 de março, inclui na Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a obrigatoriedade de se inserir, no currículo oficial da rede de ensino, o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. Porém, por falta de regulamentação e fiscalização, até hoje isso ainda não acontece na grande maioria do país, nem na educação básica, nem nas universidades.

Em 20 de julho de 2010, é sancionada a Lei 12.288, instituindo-se o Estatuto da Igualdade Racial, de modo a “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2010b).

Em agosto de 2012 o movimento negro ganha um reforço: a lei de cotas, Lei 12.711, que garante, anual e gradualmente, até 2016, 50% das vagas das

Universidades e Institutos Federais para alunos provenientes de escolas públicas, considerando-se um percentual correspondente à soma de negros, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último senso demográfico. A lei foi regulamentada pelo Decreto n. 7.824/2012 (ENTENDA, 2012). Desde então, causa muita polêmica, sob a alegação de que as cotas retiram, de quem tem maior pontuação, as vagas nas universidades públicas, se a pessoa com mais pontos não for proveniente de escola pública e/ou negro, pardo ou indígena.

Em 02 de outubro de 2015, por meio da Medida Provisória 696, o Governo Federal cria o Ministério da Mulher, Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. No entanto, sete meses depois, em 07 de maio de 2016, esse Ministério é extinto pelo governo interino de Michel Temer logo após a sua posse.

Fato é que no início do século XXI os negros e descendentes de negros passaram a assumir mais a sua descendência e a se orgulhar disso. No entanto, o racismo persiste, de diversas maneiras, no Brasil, como mostramos na introdução deste trabalho, o que pode ter motivado a queixa de Antônio Gomes da Costa Neto. É um mal sócio-político-econômico e simbólico, como vimos neste capítulo, em que se fundamenta toda a nossa sociedade, hoje capitalista e globalizada! Mal que foi incorporado pela literatura, para constatá-lo, registrá-lo, enfatizá-lo ou contestá-lo.

5 AS ESPECIFICIDADES DA LITERATURA

A literatura, em seu sentido estrito, é arte. Ana Maria Machado (2011) diz que a literatura é a arte “que utiliza um meio que está ao alcance de todos os indivíduos, ou seja, as palavras, a linguagem”. Arte que se faz com palavras. Esse fato é o único consenso a que filósofos e estudiosos chegaram desde a Antiguidade até a atualidade (VASQUES, 2013, p. 4). Como arte, constrói a sensibilidade e, assim, humaniza o homem (BRASIL, 2006, p. 53).

[...] humanização [...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante (CÂNDIDO, 1995, p. 249).

Isso equivale a dizer que a literatura possibilita o autoconhecimento, a aquisição de conhecimentos sobre o mundo e sobre o outro – este, absolutamente necessário para que se respeitem as diferenças. Assim, é “o mais fecundo instrumento de análise e de compreensão do homem e das suas relações com o mundo” (AGUIAR E SILVA, 1976, p. 107). Deste modo, atua na formação da personalidade do ser humano, possibilita a ele aprender a se colocar no lugar do outro, a ser tolerante e respeitoso, e facilita seu convívio com a diversidade (COSSON, 2014).

Como afirma Todorov (2009), a leitura literária produz uma forma de conhecimento estético (sensível), que mostra uma verdade diferente da científica, que se relaciona a mundos criados pela coerência interna do texto. Mundos criados e, assim, possíveis, não reais, que ampliam “[...] os horizontes mentais e emocionais de uma forma fantástica. Faz a nossa inteligência crescer e permite que nossa passagem pelo mundo seja mais útil para nós mesmos, nossa família, nossa comunidade, nossa sociedade, toda a espécie humana” (MACHADO, 2011, p. 27).

Isso se dá porque toda obra literária, mesmo as mais realistas, são ficcionais e, portanto, inventadas, construídas para sensibilizar e emocionar o leitor, como se os fatos narrados fossem realidade. A isso se dá o nome de *verossimilhança*: uma estratégia narrativa que torna possível o impossível, como se fosse real. À semelhança da obra literária, seus personagens, inclusive o narrador, são pessoas fictícias, que não existem na realidade, mas apenas como possibilidades (VASQUES, 2011).

No entanto, “[...] a literatura nunca é apenas literatura; o que lemos como literatura é sempre mais – é História, Psicologia, Sociologia. Há sempre mais que literatura na literatura” (BARBOSA, 1994, p. 23):

Se [...] todas as nossas disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceto uma, é a disciplina literária que devia ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário [...] a literatura faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles [...] o saber que ela mobiliza nunca é inteiro nem derradeiro (BARTHES, 2007, p. 17-18).

Segundo Pedro Braga (2010) o texto literário possui uma grande carga semântica, ou seja, tem múltiplos significados, e não apenas um. Esses vários significados existem devido à língua que o autor escreve, ao tempo e ao lugar em que ele escreve, ao conhecimento que tem. Isso imprime ao texto camadas de sentido que, às vezes, são completamente desconhecidas pelo leitor, sendo necessário que ele busque novos conhecimentos que lhe permita penetrar os possíveis sentidos presentes no texto, compreendê-los e, por vezes, ressignificá-los. A organização interna do texto, assim, implica a mobilização de fatores conscientes e inconscientes, o que torna possível que o leitor observe aspectos que fogem ao próprio autor.

Além de todos esses fatores, a Literatura ainda “realiza todas as potencialidades da linguagem” (BARBOSA, 1994, p. 23), pois, ao mesmo tempo em que é ambígua, simbólica, metafórica e conotativa, é igualmente expressiva, coerente, histórica e científica: “uma organização altamente complexa” (WELLEK; WARREN, 2003), uma linguagem que engloba muitas outras linguagens, abrangendo todas as formas discursivas e todas as épocas – o presente, o passado e o futuro.

Estes fatores nos mostram que o trabalho com literatura, nas escolas, não pode simplesmente tratar da leitura de obras selecionadas:

É importante que o trabalho com o texto literário esteja incorporado às práticas cotidianas da sala de aula, visto tratar-se de uma forma específica de conhecimento. Essa variável de constituição da experiência humana possui propriedades compositivas que devem ser mostradas, discutidas e consideradas (BRASIL, 2001, p. 36).

Isso significa que a leitura literária, nas escolas, deve ir muito além da leitura das palavras. É preciso que penetre o texto em suas especificidades de literatura, é preciso que se desvendem seus significados, de modo que não se cometa

uma série de equívocos que costumam estar presentes na escola em relação aos textos literários, ou seja, tratá-los como expedientes para servir ao ensino das boas maneiras, dos hábitos de higiene, dos deveres do cidadão, dos tópicos gramaticais, das receitas desgastadas do “prazer do texto”, etc. (BRASIL, 2001, p. 37).

Mas... E a literatura infantil? Aplicam-se a ela os mesmos critérios aplicados à literatura “adulta”?

Essa questão tem sido, desde o surgimento da literatura especificamente escrita para crianças, por volta do século XVIII, tema de acalorados debates entre duas áreas de conhecimento: a da Educação e a das Letras (VASQUES, 2007). Isso acontece porque “a ênfase na forma literária ocorreu simultaneamente à difusão de uma política de alfabetização em massa [...] o livro para a infância, desde a sua origem [...] Ao invés de lúdico, adotou uma postura pedagógica” (ZILBERMANN, 1982, p. 96-100). É Nelly Novaes Coelho (1981, p. XVIII, grifos do autor) que nos aponta a necessidade de descobrirmos a literatura infantil “como *fenômeno literário* que é”. Cremos, portanto, que “a obra literária para crianças é *essencialmente* a mesma obra de arte para o adulto” (CUNHA, 1984, p. 57, grifo do autor).

Como esta pesquisa trata de um assunto suscitado a partir de uma história infantil escrita por Monteiro Lobato, é importante que se conheça um pouco sobre o autor, sua época e sua obra. É o que passamos a fazer.

5.1 Monteiro Lobato e sua Literatura Infantil

Lobato é oficialmente considerado o pai da literatura infantil brasileira e sul-americana, precursor de uma arte de escrever (estética) “[...] genuinamente brasileira livre das regras ditadas pelos grandes centros europeus, notadamente Portugal, Inglaterra e França. Autor que procurou ser brasileiro em sua literatura, ao contrário de outros de sua época” (VASQUES, 2007, p. 13).

5.1.1 Lobato, o Homem

Nascido na cidade de Taubaté, interior de São Paulo, em 18 de abril de 1882, três anos antes da promulgação da Lei dos Sexagenários – que tornava livres os escravos com mais de 65 anos –, José *Renato* Monteiro Lobato – nome com o qual foi batizado, de acordo com Vasques (2007) – tinha seis anos de idade quando a Lei Áurea, que aboliu a escravatura no Brasil foi assinada e sete anos recém-completos quando a República foi proclamada.

Nascendo no ocaso do Império, conheceu todas as mutações que fizeram o Brasil de hoje: a Abolição da Escravatura; a implantação da República; a eclosão do Modernismo; o fim da República Velha; a Revolução de 30 e o Advento da Era Getuliana; assistiu à queda do Estado Novo, em 1945, e à redemocratização do país, com o General Dutra, em 46. Foi contemporâneo da Guerra Mundial de 14/18; da Revolução Russa de 17; do crack da Bolsa de Nova York em 29; da Guerra da Espanha – 36/39; da Segunda Guerra Mundial – 36/45; assistiu à explosão da Bomba Atômica em Nagasaki e Hiroshima e ao início da Guerra Fria... (COELHO, 1984, p. 719).

José Renato era neto de José Francisco Monteiro, primeiro Visconde de Tremembé, mas não com sua esposa legítima:

Era pródigo para com as mulheres, e embora desde 1865 casado com Maria Belmira de França, mantinha, com não pequeno escândalo nas maledicentes comadres taubateanas, amantes na cidadezinha. E os filhos que sobreviviam dessas ligações eram publicamente reconhecidos. Tomava sempre a seu cargo a educação dos mesmos. Uma das Aventuras do Visconde, deu-se com Anacleto Augusta do Amor Divino, jovem e humilde professora de primeiras letras. Dessa ligação nascem dois filhos: Olímpia e José Francisco (CAVALHEIRO, 1956a, p. 30).

Conta Cavalheiro (1956a), biógrafo que conviveu com Lobato e foi seu amigo pessoal que, quando ainda não sabia ler, o criador do Sítio do Picapau Amarelo, único neto homem do Visconde de Tremembé, ganhava do avô todas as

atenções. Estava sempre em sua chácara onde, sorrateiramente, entrava no escritório do avô e se deslumbrava com as revistas que encontrava. Só saía de lá à força.

É somente aos 11 anos que José Renato torna-se José Bento:

É desse tempo a primeira resolução séria tomada por José Renato Monteiro Lobato: seu pai possuía uma bengala que o encantava: um unicórnio côm de âmbar, com castão de ouro todo granulado. Bem em cima, no tampo do castão, numa parte lisa do metal, estavam gravadas as seguintes iniciais: J.B.M.L. Essas iniciais estragavam todos os seus planos. Afinal, pensava o pequeno Juca, quando meu pai morrer não poderei usar essa bengala. “Eu me chamo José Renato; as iniciais são J.B.; êsse diabo do B...” E por causa da bengala José Renato Monteiro Lobato resolveu mudar o nome. Passou a chamar-se, para todos os efeitos, José Bento Monteiro Lobato (CAVALHEIRO, 1956a, p. 23).

Tendo vivido entre 1882 e 1948, Lobato conviveu com escravos – embora por muito pouco tempo, pois, em sua família, o Visconde alforriou todos os seus escravos antes do Decreto da Princesa Isabel e os negros que ficaram ao seu serviço passaram, todos, a ser assalariados (CAVALHEIRO, 1956a). Conviveu, também, com o positivismo progressista de sua época e, por isso, valorizava o cientificismo e o racionalismo. Leitor de Marx e de Nietzsche, recebeu influências do socialismo e do individualismo e acreditava no indivíduo de exceção, no poder das minorias esclarecidas (como ele mesmo) para solucionar os problemas do mundo e, particularmente, o da conquista de uma consciência nacionalista pelos brasileiros.

De um dinamismo fora do comum, Monteiro Lobato sentiu-se sempre atraído para diferentes áreas de atividades e a todas se dedicava com afinco, entusiasmo e pertinácia. Não era homem que se dobrasse diante de obstáculos. Sua vida e obra revelam-no como uma personalidade forte, – mesclada de idealismo humanitário, de raízes românticas, e do materialismo pragmático do “self-made-man”, – ideal de homem, proposto pela sociedade-de-consumo-e-lucro norte-americana, em ascensão na primeira metade do século XX (COELHO, 1984, p. 718).

As leituras sobre a vida e a obra de Lobato (CAVALHEIRO, 1956a; 1956b; LOBATO, 1969; COELHO, 1984; LAJOLO, 2000; ROCHA, 2006) nos levaram a perceber que sua estada nos Estados Unidos da América (EUA), de 1927 a 1931, provocou uma mudança nas estratégias empregadas para conseguir seus intentos de tornar o Brasil um país de primeiro mundo. Fica claro, por exemplo, que a literatura – a sua própria e a de outros autores que lançou por meio de suas editoras – era a sua tática.

Ainda que em 1905 tenha pensado em abrir uma fábrica de geleias e, depois, uma venda, que tenha assumido cargos de promotor nas cidades de Taubaté (como interino), em 1906 e, no ano seguinte, em Areias, e ainda que tenha tentado ser político e fazendeiro, modernizando a lavoura e a criação de animais na fazenda Buquira, que recebeu como herança (LAJOLO, 2000), sempre esteve ligado à Educação do povo brasileiro por meio das Letras.

Estabelece uma escola em Taubaté, publica seus contos em jornais, funda uma revista – *Paraíba* – em Caçapava, trabalha em jornais como articulista e crítico de arte, colabora com a *Revista do Brasil*, que compra, em 1918 (LAJOLO, 2000).

É com as Letras – contos e artigos que escreve – que Lobato combate doenças endêmicas: primeiro, a esquistossomose dos caboclos brasileiros, os agricultores; depois, a campanha sanitária encabeçada por Carlos Chagas.

Mas Lobato faz muito mais. Inventa a indústria livreira no país, fundando editoras e criando uma forma inédita de distribuição de livros por todo o Brasil. Assim, torna o livro um produto vendável em qualquer tipo de comércio, para escândalo dos acadêmicos da época, como qualquer outro tipo de produto [...]

Não bastasse, Lobato também cria o *marketing*, colocando o livro em anúncios de outros produtos, em jornais. Outro escândalo. [...]

Funda também o primeiro grande parque gráfico da América Latina [em 1924], todo movido à eletricidade, que entra em falência com uma crise energética (VASQUES, 2007, p. 16-17).

A falência de seu parque gráfico, bem como de sua editora, a Monteiro Lobato & Cia, não se deveu unicamente à crise energética, mas também a Revolução de 1924 que estoura na capital paulista – local em que a gráfica estava instalada – e paralisa toda a vida da cidade por mais de um mês, bem como uma grande estiagem que, em 1925, restringe o consumo de energia elétrica, obrigando que toda a indústria paulistana fosse quase que completamente interrompida, não permitindo que a gráfica cumprisse seus compromissos de impressão de livros. Embora falido, naquele mesmo ano associa-se a Octales Marcondes e funda a Cia. Editora Nacional. (VASQUES, 2007).

No período em que vive nos EUA, Lobato fica maravilhado com o desenvolvimento que encontra por lá e atribui esse desenvolvimento à utilização do aço. Mesmo que continue escrevendo, passa a investir em outros projetos. Primeiro, encantado pela indústria automotiva norte-americana, tenta organizar, no Brasil, uma indústria siderúrgica, o que não dá certo. Depois, já de volta, funda a Companhia de Petróleo do Brasil e dedica-se quase que exclusivamente a isso. Chega a encontrar petróleo no município baiano de Lobato, mas é boicotado pelo governo e vai à

falência. Seu questionamento ao governo de Getúlio Vargas sobre a política brasileira relativa aos minérios (e, dentre eles, o petróleo), o leva à cadeia, em 1941, por ser considerado subversivo e desrespeitoso (LAJOLO, 2000).

O autor de *Caçadas de Pedrinho* era adepto da eugenia e, por isso, teve participação veemente na campanha sanitária de 1919. “Para os defensores do saneamento, a questão da saúde, assim como a da educação, era também elemento crucial na construção da nacionalidade” (MOVIMENTO, 2016).

A resenha da obra *A Hora da Eugenia: Raça, Gênero e Nação na América Latina*, de Nancy Leys Stepan, por Richard Miskolci (2006), aponta que há duas vertentes do eugenismo. Uma, “dura”, liderada por Grã-Bretanha, Alemanha e Estados Unidos, acreditava que a mistura de raças degenerava o homem e, por isso, era necessário preservar a “pureza” das melhores. “[...] a versão dura resultou em práticas de controle da reprodução que chegaram até mesmo ao extermínio de grupos étnicos” (MISKOLCI, 2006 p. 231). Na América Latina e, por consequência, no Brasil, constituiu-se uma vertente “macia”, que “[...] originou particularmente políticas públicas de higienização do espaço urbano e controle matrimonial” (MISKOLCI, 2006 p. 232).

Ainda que Lobato tenha proposto que se esterilizassem os negros (forma de extermínio) em *O Presidente Negro* (romance que se passa nos EUA, no ano de 2.228), escrito em 1926 – antes de sua ida àquele país, portanto –, as leituras efetuadas para esta pesquisa nos levam a crer na possibilidade de que a estadia nos EUA, país em que a eugenia ganhou prestígio científico como em nenhum outro, tenha robustecido suas crenças, a ponto de levá-lo a escrever, em desabafo, ao amigo higienista – e também eugenista – Arthur Neiva, referindo-se aos jornalistas que o criticavam:

[...] um circo muito mambembe, chamado imprensa, e exhibir-se diante de uma assistência de moleque feeble-minded e despidos da menor noção de seriedade. Mulatada, em summa. Paiz de mestiços onde o branco não tem força para organizar uma Kux-Klan, é paiz perdido para altos destinos. [...] Um dia se fará justiça ao Klux Klan; tivéssemos ahi uma defeza desta ordem, que mantem o negro no seu lugar, e estariamos hoje livres da peste da imprensa carioca – mulatinho fazendo o jogo do gallego, e sempre demolidor porque a mestiçagem do negro destróe a capacidade constructiva (LOBATO apud FERES JR.; NASCIMENTO; EISENBERG, 2012, p.83).

Diante desse texto, é incontestável assumirmos que o bacharel em Direito José Bento Monteiro Lobato, autor de *Caçadas de Pedrinho*, obra que analisamos

neste trabalho, era, sem sombra de dúvida, racista. Ele cria que o que empataava o desenvolvimento do Brasil era a miscigenação. E, de acordo com Stepan (2005, apud MISKOLCI, 2006), o eugenismo, aqui, confundia-se com o higienismo, uma vez que os maiores problemas de saúde – que preocupavam os médicos e a elite “pensante” – afetavam majoritariamente os que viviam em áreas rurais e os que viviam nas periferias das cidades, locais em que as condições sanitárias eram precárias e onde se aglomeravam os negros libertos e seus descendentes.

5.1.2 A Literatura Infantil Lobatiana

O autor de *Caçadas de Pedrinho* viveu no período em que, no Brasil, consolidava-se o movimento realista-naturalista, o que o inspirou, fazendo com que o realismo fosse a base sobre a qual construiu a fantasia de suas histórias infantis (VASQUES, 2007). No entanto, Lobato não iniciou sua carreira de escritor escrevendo para crianças. Sua primeira obra foi *Urupês*, de 1918, coletânea de contos que já haviam sido publicados em jornais e revistas e, dentre eles, “Velha Praga”, origem de Jeca Tatu, personagem que causou verdadeira polêmica sobre a necessidade de se tratar da saúde do caboclo brasileiro. Posteriormente, a personagem foi utilizada em campanhas de saneamento e ganhou uma versão infantil, em revista – o Jeca-Tatuzinho, considerada precursora das histórias em quadrinhos, no Brasil (CAVALHEIRO, 1956a).

Sua primeira história infantil publicada, em jornal, foi a do peixinho que morreu afogado. Depois, desenvolveu melhor o texto, utilizando cenas de sua infância e criou *Lúcia ou A Menina do Narizinho Arrebitado*. Para isso,

Lembrou-se então, da mulata Joaquina, com quem ia pescar lambaris no ribeirão. Da primeira entrada na floresta, em companhia do pai. Das brincadeiras com as irmãzinhas. Das histórias contadas por Evaristo [seu pagem]. As cenas foram surgindo à tona na memória, e quando deu acordo de si, redigia as primeiras linhas da famosa história:

“Naquela casinha branca, lá muito longe, mora Dona Benta de Oliveira, uma velha de mais de sessenta anos.”

Por que velha? [...]

“Velha, porque se iam entrar em cena crianças, era preciso botar uma velha, uma vovó, pois só as vovós aturam crianças e deixam-nas fazer o que querem.” [...] E o conto foi brotando ao sabor da fantasia, um pedaço hoje, outro amanhã (CAVALHEIRO, 1956b, p. 154-155).

Essa primeira edição, com apenas uma história, que corresponde ao primeiro capítulo de *Reinações de Narizinho* que hoje se conhece, saiu em capa ilustrada e cartonada, especialmente para o Natal. Em abril do ano seguinte, acrescida de dois outros capítulos, há uma segunda edição, monumental, de 50 mil e 500 exemplares. 500 deles foram gratuitamente distribuídos pelas escolas paulistas, como segundo livro de leitura.

Acontece que estava na presidência de São Paulo o Dr. Washington Luís. Um belo dia esse saiu a percorrer os grupos escolares em companhia de Alarico Silveira, então Secretário do Interior. Notou que em todas as escolas havia um livrinho de leitura extraprograma, muito sujinho e surrado. [...] “Se este livro anda assim tão escangalhado em tantos Grupos, observou o Dr. Washington Luís, é sinal de que as crianças gostam dele. Indague de quem é e faça uma compra grande, para uso em todas as Escolas” (CAVALHEIRO, 1956b, p. 158).

Foi assim que 30 dos 50 mil exemplares de *Reinações de Narizinho* foram rapidamente vendidos e o restante, esgotado em cerca de oito meses. Aos poucos, novas personagens e novas aventuras foram criadas e incorporadas à história:

Emília, que começara uma feia boneca de pano, dessas que nas quitandas do Interior custavam 200 réis, transforma-se rápida e imprevistamente, adquirindo dentro de pouco tempo tal independência [...]

“– Sou a Independência ou Mortel!” [...]

Tão independente, que nem êle, o pai, o criador, consegue dominá-la [...] O Visconde de Sabugosa permanece sempre o mesmo. O escritor tenta diversas evoluções, mas o teimoso Visconde “regride” sempre ao que substancialmente é: um sábio [...] um “sabinho”, que sabe tudo.[...] O rinoceronte nasceu da necessidade de uma coisa diferente [...] Pedrinho é o próprio escritor em criança [...] E numa casa de Fazenda não pode faltar a preta quituteira. Tia Nastácia estava à mão, excelente cozinheira, ama de seus filhos, medrosa e mística. [Lobato] era o primeiro a divertir-se com as aventuras. [...]

Divertindo e divertindo-se, o mundinho do Picapau Amarelo foi ganhando corpo [...] O reencontro com a infância [...] dá-lhe prazeres insuspeitados. Com surpresa, verifica que também outras pessoas apreciam aquelas “brincadeiras”, usufruem alegrias daquelas fantasias. [...] O autor não se dera ainda conta de que iniciara a criação de um mundo. Escreve histórias de fadas. [...] só em 1926 confessa andar com idéias de entrar definitivamente pelo caminho da literatura infantil. “De escrever para marmanjos já enjoei. Bichos sem graça. Mas para as crianças um livro é todo um mundo” (CAVALHEIRO, 1956b, p. 159-162).

Assim Lobato cria uma literatura que, além de divertida, é “feita às avessas dos padrões da época, respeitando crenças populares, dando a devida importância

ao folclore nacional, valorizando a mulher, [...] desmascarando mentiras convencionais sobre o país” (VASQUES, 2007, p. 18).

Como Lewis Carroll fizera cinquenta anos antes, ao escrever as aventuras de Alice no País das Maravilhas (nos momentos em que essa protagonista considera com naturalidade as suas aventuras em reinos paralelos à realidade), Lobato soube combinar o real com o irreal – irreal que na literatura infantil é chamado, por diversos autores, de *maravilhoso* – de forma a fazer naturais todas as manifestações daquilo que só é possível no plano da imaginação ou da fantasia” (VASQUES, 2007):

[...] um dos grandes “achados” de Monteiro Lobato foi mostrar o “maravilhoso” como possível de ser vivido por qualquer um... Com a mistura do imaginário com a realidade concreta, ele mostra, no mundo prosaico do cotidiano, a possibilidade de ali acontecerem aventuras maravilhosas que, em geral, só eram possíveis nos contos de fadas ou no mundo da fábula... e mesmo assim, vividas por seres extraordinários (COELHO, 1981, p. 359).

A mistura de real e irreal foi a “marca registrada” das histórias do Sítio do Picapau Amarelo; foi o que trouxe o Brasil, o mundo e o universo inteiro para habitar nas mentes – e no coração – de várias gerações de crianças brasileiras – crianças que ele respeitava e, por isso, lhes apresentava a realidade – social e política – sem nada lhes esconder, instigando-lhes a criticidade. No entanto, essa realidade não era “nua e crua”, mas cheia de fantasia, de possibilidades “irreais” de solução de problemas, o que também instigava, nos jovens leitores, a imaginação e a criatividade.

5.1.3 De *A Caçada da Onça* às *Caçadas de Pedrinho*

É em 1924, antes de se dar conta de que havia criado uma literatura exclusivamente brasileira, que Lobato lança o embrião de *Caçadas de Pedrinho*. É quando *A Caçada da Onça: Novas Aventuras de Narizinho, Rabicó e Demais Companheiros* é publicada, com subtítulo, usado provavelmente para que o leitor reconheça as personagens e o local das novas aventuras. (ROCHA, 2006).

A caça era muito valorizada no Brasil do final do século XIX e início do XX. Os jornais elogiavam as caçadas e se vangloriavam da quantidade e diversidade de

animais silvestres que havia em nossas matas. O jornal Diário de Campinas relata, em sua primeira página, em 26 de setembro de 1900: “A caçada durou oito dias e nesse tempo mataram 2 capivaras, 1 queixada, 3 veados mateiros, 10 perdizes, 5 tucanos-guassú, grande quantidade de passaros miudos, 12 dourados, 2 tabaranas, 3 piaparas e 250 peixes de varias qualidades” (SERRÃO-NEUMAN, 2007, p. 137).

O código de caça que vigorou até 1960 autorizava a caça de animais como a jaguatirica e o gato do mato por considerá-los daninhos. No entanto, o animal de caça mais valorizado era a onça. “Afinal, poderia haver maior sinal de bravura e macheza do que capturar uma onça [...] numa sociedade que ainda precisava dar sinais de ocupação e dominação do novo mundo descoberto?” (SERRÃO-NEUMAN, 2007, p. 137-138).

O próprio Lobato, talvez querendo impressionar a mulher com quem se casa um ano depois, envia-lhe uma carta, em 16 de junho de 1907, contando de suas empreitadas:

[...] sigo amanhã para a Serra com o Quim a encontrarmo-nos com quatro caçadores de onça que lá estão. Quero ver se mato a bicha. Foi sempre uma das minhas ambições: caçar onça. E a que anda por lá promete, pois continua a fazer estragos, subindo já a nove o número de rezes encontradas mortas por ela. Promete ser uma pintada de bom tamanho. Se eu a matar levo-te um dente” (LOBATO, 1969, p. 78).

No entanto, décadas depois, o autor da obra em estudo conta ao seu biógrafo Edgard Cavalheiro (1956a, p. 28), que “As caçadas nunca o atraíram muito; achava crueldade matar os animais”. Assim, é possível que além de buscar comover a futura esposa, mostrando-lhe sua “bravura e macheza”, Lobato também acreditasse que a onça – e em particular aquela que iria caçar – era um animal daninho, pois estava matando o gado dos criadores da redondeza, fazendo “estragos”.

Não sabemos do resultado dessa caçada. Porém, existe a possibilidade de que ela tenha inspirado Lobato, somada às memórias do seu fascínio – misto de pavor infantil – de florestas e onças:

Da varanda, o pequeno olhava a floresta como um fantástico ninho de onças e índios. [...] Juca olhava [...] e sentia-se tomado de um pavor medonho, causador de agitadas noites de insônia. [...] Mas um dia seu pai convidou-o para acompanhá-lo numa

caçada de jacus. Lá seguiu ele, feito uma sombrinha, realizando, assim, sua primeira aventura [...] Olhos abertos, respiração suspensa, apegava-se à sombra do pai que, de arma em punho, penetrava cauteloso pelo sombrio da mata. [...]

O sombrio da mata, aquele frescor úmido, os troncos musguentos que lhe pareciam gigantescos, a cipoama enredada, o silêncio, tudo isso foi deixando Juca naquele estado de espírito com que fixaria, muitos anos depois, o Pedrinho quando, às escondidas de Dona Benta, penetrou pela primeira vez no capão do mato do Tucano Amarelo, onde havia até onças” (CAVALHEIRO, 1956a, p. 16-17).

A primeira edição de *A Caçada da Onça*, de acordo com Jaqueline Negrini Rocha (2006), tinha somente os dois primeiros capítulos de *Caçadas de Pedrinho*, obra lançada em 1933. Dessa forma, o capítulo “Os Espiões da Emília”, no qual boneca diz que tia Nastácia tem “carne preta” e “O Assalto das Onças”, em que o narrador a compara com um macaco de carvão, foram acrescentados posteriormente, assim como os capítulos que tratam do aparecimento e caça do rinoceronte Quindim.

Fato é que Lobato sempre procurou aperfeiçoar sua arte literária para as crianças. A obra *Reinações de Narizinho*, por exemplo, passou por inúmeras revisões e a cada edição trazia mudanças, incorporações e descartes. Lançada em 1920, só adquiriu o formato que hoje conhecemos em 1934. Foram quatorze anos de aprimoramento (VASQUES, 2007). O mesmo se deu com *Caçadas de Pedrinho* que, “como muitas de suas obras, nasce, portanto, dessa contínua re-escritura. Mas este refazer difere ainda mais do “refazer” de outras obras” (ROCHA, 2006, p. 65). Uma das mais palpáveis modificações é a remoção de boa parte do início da narrativa, que retomava a história do Marquês de Rabicó, porque esse trecho já fazia parte do capítulo “O Marquês de Rabicó”, incorporado a *Reinações de Narizinho*.

Na segunda obra, o foco inicial já recai em Rabicó e em suas características: “*andejo*” e comilão. O narrador lhe atribui essas qualidades a fim de valer-se delas para iniciar a história; modifica-se, assim, a maneira como o porco encontra a onça: em 1924 ele se esconde para não ser assado; em 1933 é a personalidade do Marquês que vai motivar a aventura: ele explora locais, mesmo os proibidos, para alimentar-se. [...]

A sequência dos textos assemelha-se mais (ROCHA, 2006, p. 67).

No terceiro capítulo da edição de 1924, “Salve-se Quem Puder!”, incorporado ao primeiro capítulo da edição de 1933, “E Era Onça Mesmo!”, quando,

de cima da árvore em que quatro dos caçadores – Pedrinho, Narizinho, Emília e Rabicó – estavam “dependurados” (Visconde esticou-se no chão), Pedrinho consegue, finalmente, acertar a onça e cegá-la com o resto da pólvora que tinha levado. Nesse momento, convoca os amigos, chamando-os de “macacada”:

A polvora cahiu nos olhos da féra, que ficou completamente cega e poz-se a uivar e a rebolar, esfregando a cara com as munhecas.

– É hora! gritou Pedrinho. Avança, *macacada*!

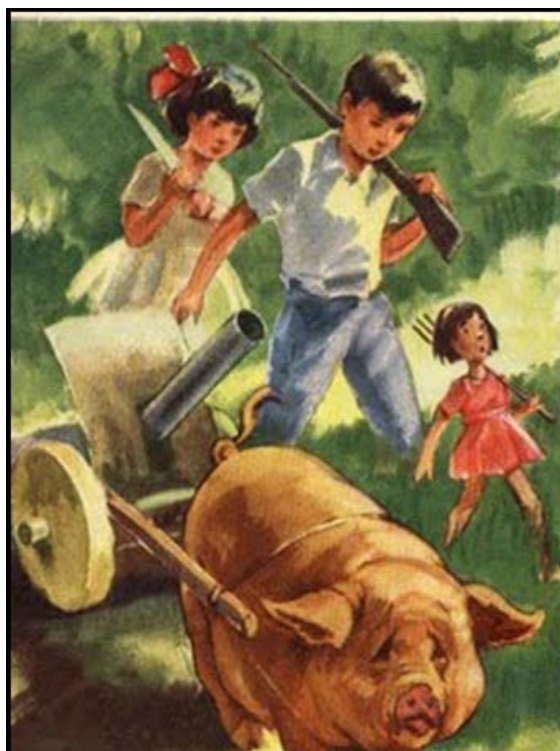
E pulou da arvore abaixo (LOBATO, 1924, apud ROCHA, 2006, p. 77, grifo nosso).

Na edição de 1933 esse trecho é preservado e, alguns parágrafos antes, quando as personagens procuram se salvar, conforme a orientação de Pedrinho, Lobato acrescenta: “Cada qual tratou de si e, *como se houvessem virado macacos*, todos procuraram a salvação nas árvores” (LOBATO, 1962, p. 14, grifo nosso).

O autor, assim, coloca na boca de seus personagens – do narrador, no primeiro caso apontado, e na de Pedrinho, no segundo caso – os termos “macacada” e “macacos”, respectivamente, para designá-los. Isso nos leva a indagar: por que uma pessoa “morena como jambo” (LOBATO, 1959, p. 11) – tom de pele acobreado, semelhante à cor dos indígenas ou tom de pele claro, sem ser muito branco, como o da pianista Guiomar Novaes, que serviu de modelo para a Narizinho – é chamada de macaca, juntamente com um sabugo de milho, um leitão, uma boneca de pano e um garoto loiro (ver figura 1) – de acordo com as ilustrações de *A Caçada da Onça*, de 1924 (Pedrinho só adquire as mesmas características fenotípicas de Narizinho ao final da década de 1930 e, em *As Caçadas de Pedrinho*,



nas ilustrações da sexta edição, em 1944, conforme mostra a figura 2), e ninguém repara nisso ou se importa com isso, ao menos formalmente? Por que Costa Neto só se importou por tia Nastácia ter sido comparada a um macaco, e não pelos outros personagens que também o foram?



Em *De Caçada às Caçadas: O Processo de Re-Escritura Lobatiano de Caçadas de Pedrinho a Partir de A Caçada da Onça*, dissertação de Mestrado de

Figura 1 – Ilustração de Kurt Wieser para *A Caçada da Onça*, 1924.
Fonte: ROCHA, 2006, p. 82.

Figura 2 – Ilustração de Jurandir Ubirajara Campos, na 6ª edição de *As Caçadas de Pedrinho*, de 1944.
Fonte: ILUSTRADOR, 2014.

Jaqueline Neguini Rocha (2006), encontram-se detalhes, analisados sob diversos aspectos, sobre as mudanças que ocorreram nessa passagem. A autora analisa, inclusive, o acréscimo de outra aventura, o aparecimento do rinoceronte Quindim no Sítio, bem como todo os trâmites políticos para sua captura.

Somente a título de curiosidade, nessa aventura em que o rinoceronte de um circo que se apresentava no Rio de Janeiro foge – e aparece no Sítio –, acontece, na obra que estudamos, “[...] a maior transposição de elementos do mundo real para a ficção (ROCHA, 2006, p. 103):

Êsse fato causou o maior rebuliço no Brasil inteiro. Os jornais não tratavam de outra coisa. Até uma revolução que estava marcada para aquela semana, foi adiada, porque os conspiradores acharam mais interessante acompanhar o caso do rinoceronte do que dar tiros nos adversários. [...]

As fôrças do Norte que andavam caçando o Lampião deixaram em paz esse bandido para também se dedicarem à caça do monstro. Dizem até que o próprio Lampião e seus companheiros pararam de assaltar as cidades para se entregarem ao novo esporte – a caça ao rinoceronte (LOBATO, 1962, p. 60-61).

No trecho apresentado, fala-se em uma revolução e em Lampião, ambos fato e pessoa reais, históricos. Em relação ao fato, há mais de uma revolução que aconteceu entre 1924 até 1933, quando Caçadas de Pedrinho adquiriu seu formato atual. Dessa forma, o narrador pode estar se referindo a qualquer uma dessas revoluções, desde a Revolução Paulista de 1924, que contribuiu com a falência do parque gráfico de Lobato, até a Revolução Constitucionalista de 1932, resultado da Revolução de 1930, que pôs fim à “política do café com leite”, o que desagradou às elites paulistas.

Quanto a Lampião, desde os primeiros anos da década de 1920, tropas militares eram organizadas com o objetivo de capturá-lo e acabar com o cangaço no nordeste brasileiro.

Rocha (2006, p. 103) continua: [...] “a fantasia mescla-se às severas críticas à burocracia brasileira”:

Fazia dois meses que o governo se preocupava seriamente com o caso de rinoceronte fugido, havendo organizado o belo Departamento Nacional de Caça ao Rinoceronte, com um importante chefe geral do serviço, que ganhava três contos por mês e mais doze auxiliares com um conto e seiscentos cada um, afora grande número

de datilógrafas e “encostados”. Essa gente perderia o emprego se o animal fosse encontrado (LOBATO, 1962, p. 80).

Como dissemos, apenas mencionamos essas características de *Caçadas de Pedrinho* – a saber, a utilização de elementos reais, históricos e a crítica à burocracia – a título de curiosidade, e também por entendermos que eles nos mostram como “funciona” a junção do real à fantasia, característica das mais elogiadas da escrita lobatiana. O segundo caso (o da crítica, não somente à burocracia, mas o funcionamento da máquina político-administrativa), cremos ser interessante por se tratar de uma situação que se assemelha ao que acontece na atualidade, no Brasil. Porém, como esta pesquisa trata da questão do racismo, não nos aprofundaremos nesses outros aspectos.

6 UM QUEBRA-CABEÇA

Quanto mais nos aprofundamos nas leituras necessárias a esta pesquisa, mais indagações vão surgindo. A impressão que temos é que estamos diante de um quebra cabeças de cinco mil peças e, por mais que consigamos encontrar o lugar certo de muitas delas, quando olhamos para as restantes, nos damos conta de que não fizemos praticamente nada!

Depois de tudo o que já colocamos, permanece a questão inicial: *Caçadas de Pedrinho* pode ser considerada uma obra com trechos racistas, o que estaria contribuindo para a perpetuação da mentalidade racista ainda arraigada no povo brasileiro? Ou é apenas uma obra que, como afirma Pesavento (2003), capta e

resgata aspectos sócio-históricos e culturais de um determinado tempo e espaço reais, rerepresentando-os em forma de narrativa ficcional?

Nesse sentido Lobato, sabidamente eugenista, diz o que ele, sujeito empírico, pensa sobre os negros, ao falar – por meio da boneca Emília – que tia Nastácia tem “carne preta” e ao compará-la com uma “macaca de carvão”, por intermédio do narrador da história? Ou apenas retratou, com palavras, a sociedade de seu tempo?

Caçadas de Pedrinho deve ser retirada das escolas, como solicitou Antônio Gomes da Costa Neto? Se afirmativa a resposta a essa questão, essa retirada contribuiria para “melhorar a qualidade de vida e evitar expor ao racismo, as crianças negras matriculadas no ensino público fundamental e médio”, conforme crê Gonçalves (apud BARROS, 2011)?

Sabemos que o tratamento supostamente racista dado à personagem tia Nastácia é recorrente em todas as narrativas infantis do autor. Em todas elas, tia Nastácia é chamada de “negra beijuda”, “negra de estimação”, “negra velha”, “pretura”, dentre outras expressões hoje consideradas racistas. Seria, então, necessária a retirada de todo o conjunto lobatiano de obras infantis das escolas públicas? E das escolas privadas? As crianças que estudam em escolas privadas não estariam também sujeitas ao suposto racismo das histórias de Lobato?

Se as obras lobatianas não forem retiradas das escolas, seria então necessário que a elas fosse adicionada uma nota explicativa sobre o racismo, da mesma forma que foi adicionada, em *Caçadas de Pedrinho*, uma nota sobre a questão ambiental relacionada à caça e ao fato de ser, a onça, um animal em extinção? Essa nota, se necessária, deveria ser acrescentada somente em *Caçadas de Pedrinho*, como solicitou Costa Neto, ou em todas as obras infantis do autor?

Retirar *Caçadas de Pedrinho* das escolas públicas ou acrescentar uma nota explicativa à obra terminaria com o preconceito racial? Findariam de vez as atitudes racistas que as crianças enfrentam por parte de seus pares e de alguns professores? Capacitar ou formar “[...] professores que ampliem e aprofundem a discussão e os estudos sobre educação, literatura e diversidade étnico-racial” (GOMES, 2011, p. 6), como solicitam Costa Neto e o IARA, daria um fim ao racismo nas escolas brasileiras?

Nesse caso, como capacitar uma professora formada em Pedagogia – habilitada, portanto, para dar aulas na Educação Infantil (para crianças de 0 a 6 anos) e nos anos iniciais do Ensino Fundamental (do 1º ao 5º anos) –, como Sônia Valéria Rebello Fernandez, que o Brasil conheceu no final de agosto de 2016 por ter agredido verbalmente, com ofensas racistas, Sulamita Mermier e sua irmã, que estavam na praia (VÍTIMA, 2016)? Uma capacitação seria suficiente para que essa professora deixasse de ser racista?

Como Sônia, há muitos outros professores com vários tipos de preconceito: social, religioso, linguístico, intelectual, cultural, com a idade, com nordestinos, com gordos, com deficientes, sexismo, homofobia, xenofobia, dentre outros, além do racismo, motivo da prisão em flagrante do professor de uma escola municipal na Praia Grande, litoral paulista, no início de 2016 (PROFESSOR, 2016b). Em maio desse mesmo ano, em Sinop, MT, um professor da Universidade Federal (UFMT) foi denunciado por racismo (ESTUDANTE, 2016); dois anos antes, em novembro de 2014, um professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), durante uma aula, manifestou seus preconceitos de raça e social (PROFESSOR, 2016a); nesse mesmo ano, o professor de História de uma escola estadual, na cidade mineira de Uberaba, também foi acusado de racismo (BARCELOS, 2014); ainda em 2014, o racismo foi atribuído a um professor do departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) (MANSO, 2014). Uma capacitação faria com que esses professores não fossem considerados racistas por seus alunos? Se, durante sua formação, eles tivessem ampliado e aprofundado “a discussão e os estudos sobre educação, literatura e diversidade étnico-racial”, como propõe Gomes (2011, p. 6), suas atitudes seriam diferentes?

Caso a resposta a essas indagações seja negativa, então o investimento na capacitação e na formação de professores em relação às questões étnico-raciais não é necessário?

6.1 As bordas

Analisemos o caso do professor da UFES. Ele discutia, com os alunos, sobre as cotas raciais. Entendemos que uma discussão deve apresentar diversos

pontos de vista e esse professor apresentou o seu: ser contra. Justificou sua opinião, dizendo que depois das cotas, o nível dos alunos baixou, pois a maioria dos cotistas chega quase analfabeto à universidade. Em algum momento, durante a discussão, ele disse que preferia ser atendido por um médico ou advogados branco do que por negro, e também justificou sua preferência: o histórico da educação dos negros, cuja maioria tem pouco acesso a uma boa educação e a congressos no exterior, por exemplo (PROFESSOR, 2015).

Esse caso nos indica que professores precisam debater questões sobre o racismo em sala de aula, com os alunos, mas não podem manifestar suas opiniões a esse respeito, se essas opiniões não forem sempre a favor dos negros.

Examinemos outro caso, o do professor da USP. Numa aula em que se discutia a legitimidade da presença das tropas brasileiras no Haiti, o professor faz o seguinte comentário: “E se as tropas brasileiras não estivessem no Haiti? Eles iriam se pegar e aí o imperialismo norte-americano diria: ‘nós temos que intervir para por ordem nessa macacada’”. Alguns alunos entenderam que o professor chamou os negros haitianos de “macacada”, não percebendo que o termo se referia a uma possível forma Norte-Americana de tratamento.

Isso nos leva a pensar, de um lado, que o racismo está tão enraizado nos brasileiros que termos como o utilizado pelo professor surgem na boca das pessoas sem que elas se deem conta da carga racista histórica que carregam. De outro lado, se um professor precisa escolher palavras durante o calor da discussão de um tema polêmico em sala de aula, de modo que nenhuma dessas palavras venha a ofender nenhum aluno, fica difícil ampliar e aprofundar discussões e estudos relativos à educação, literatura e diversidade étnico-racial ou a qualquer outro tema.

Há ainda outra possibilidade: a de o aluno realmente não ter compreendido o que é dito pelo professor (por não conhecer a língua, ter dificuldades de associar ideias ou por não estar atento à aula). A pesquisa Projeto de Vida – O papel da Escola na Vida dos Jovens, de 2015, realizada pela Fundação Lemann com alunos que terminaram o Ensino Médio (81% em escolas públicas e 19% em privadas), divulgada em 2015, por exemplo, constatou que não somente a maioria desses alunos sente-se pouco preparada para cursar uma universidade, mas também que a maioria dos professores universitários percebe que há falta de competências básicas nos jovens que ingressam na universidade. De acordo com a pesquisa os participantes têm muita dificuldade para interpretar o que leem, para escrever textos

simples, como e-mails, e para conectar e encadear ideias diferentes. Também não sabem os conteúdos e conceitos básicos de matemática, como a aritmética e a representação gráfica, dentre outras coisas (PROJETO, 2015, p. 10).

Apesar de haver, no Brasil, leis que criminalizam o racismo e outras formas de preconceito, há, também, uma forte intolerância à diversidade:

Essa situação é resultado do racismo estrutural brasileiro. O racismo não consiste apenas e tão somente em comportamentos desajustados de algumas pessoas que podem ser coibidos por medidas legais. O racismo está no DNA do capitalismo brasileiro, formado com base na acumulação primitiva de riquezas obtida via escravismo colonial [...]

O racismo estrutural se manifesta pelo chamado racismo institucional. Este se dá quando as instituições públicas não se adequam para implementar as medidas legais de combate ao racismo. Isso é perceptível na criminalização do racismo. Praticamente nenhuma pessoa foi punida judicialmente justamente porque o aparato policial e judiciário está impregnado na estrutura desses aparelhos institucionais [...]

A Lei 10639/03 é outro exemplo disso. Apesar de ser uma lei que modifica o conteúdo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – portanto, os conteúdos ali previstos são tão obrigatórios como Português e Matemática –, a sua aplicação ainda está vinculada a certo voluntarismo de profissionais da educação comprometidos com a causa (OLIVEIRA, 2013).

Ainda que a citação acima tenha sido escrita em 2013, ano em que a abolição da escravatura completava 125 anos, a Constituição Federal, que tipificou o racismo como crime imprescritível e inafiançável, 25 anos e a modificação da LDB, 10 anos, a situação continua a mesma, a despeito de todos esses avanços normativos.

As apurações efetuadas por peritos da Organização das Nações Unidas (ONU) que estiveram no Brasil em dezembro de 2013 confirmaram que o maior número de assassinatos que aqui ocorrem é de negros; eles morrem mais cedo, são a maioria nos presídios, têm a maior taxa de desemprego, o menor grau de escolaridade, os menores salários, menos acesso à saúde, ocupam menos postos nos governo. Assim, afirmam que o “[...] racismo no Brasil é ‘estrutural e institucionalizado’ e ‘permeia todas as áreas da vida’” (CHADE, 2014).

Dessa forma, acreditamos que o parecer da ONU corrobora o que já havia sido dito um ano antes, por ocasião dos 125 anos de abolição (OLIVEIRA, 2013), bem como com o que dissemos no capítulo em que apresentamos a constituição do

racismo (WEDDERBURN, 2007): que ele é um mal sócio-político-econômico e simbólico, cuja origem pode estar nos conflitos entre povos negros e não negros ocorridos em torno do Mediterrâneo, em tempos longínquos, gerando os mitos que provocaram aversão e medo da cor negra. O que se sabe, de fato, é que na Antiguidade, gregos e romanos eram xenófobos e escravizavam os povos que conquistavam. A simbologização gradual, juntamente com a fenotipização, especialmente a partir da expansão árabe-muçulmana, legitimaram a escravização negra. Exemplo disso é a apropriação da lenda judaica de Ham que, em sua origem era branco, mas para os muçulmanos, foi condenado a ser negro devido ao seu pecado. A representação simbologia permite que se transforme Ham em negro, fazendo com que ele passe a representar uma nova realidade, sem memória de sua origem.

6.2 Juntando as peças

A denúncia efetuada por Costa Neto fundamentou-se na atual legislação antirracista brasileira, na legislação educacional em vigor e em estudos que mostram a importância de se trabalhar, na escola, com uma literatura antirracista. Assim, o denunciante não considerou o contexto de escritura – as décadas de 1920-1930, mas somente o contexto imediato de recepção (de 2010, época em que fez a queixa).

Pensamos, como Vasques (2011), que toda obra literária conecta-se, de algum modo, à experiência humana e, assim, está necessariamente acoplada ao seu contexto de produção, pois ela existe devido à realidade e às experiências do autor. Por isso, ainda que seja lida em outros contextos, em outros tempos, o seu contexto de produção estará lá, intrometendo-se continuamente. No entanto, o texto literário também “confere a quem a lê a decisão sobre os caminhos a tomar no decorrer da leitura, permitindo que as tramas mentais do leitor produzam múltiplas e diversas conexões, de acordo com sua vontade, suas experiências e seus conhecimentos” (VASQUES, 2011, p. 28).

Por ter se baseado somente na atualidade para examinar *Caçadas de Pedrinho*, pode-se dizer que a análise de Costa Neto foi efetuada pela metade, uma

vez que ele decidiu, sem considerar o tempo de escritura, os caminhos a tomar, dando asas unicamente às suas tramas mentais, baseadas em suas próprias experiências e conhecimentos. Dessa forma sequestrou, da obra de Lobato, suas próprias origens.

Um exemplo desse sequestro é, a nosso ver, o fato de Costa Neto afirmar que a expressão “macaca de carvão”, com a qual tia Nastácia foi designada, é racista. O denunciante deve ter associado, de acordo com sua experiência e conhecimentos, os dois termos – macaca e carvão – aos negros. Mas por que essas palavras são ofensivas – e racistas – quando relacionadas às pessoas negras?

Explicamos de modo muito simples e breve: antes do séc. XVIII, a grande maioria dos europeus acreditava que os seres humanos eram produtos da criação de Deus. Alguns pensavam que ele havia feito diferentes espécies de homens, sendo os brancos semelhantes aos anjos, enquanto que os negros se assemelhavam aos macacos. Então veio a teoria darwiniana da seleção natural e apontou os grandes macacos como os ancestrais mais próximos do homem (BRADLEY, 2014). Assim, quando se chama um negro de macaco está-se dizendo que o negro está abaixo do branco na escala da evolução. Está-se afirmando que os negros não são humanos e, por isso, têm menos direitos do que os homens (BEGUOCCI, 2014).

No entanto, Lobato usou um termo próximo a macaco – macacada – quando Pedrinho conclamou a turma que estava com ele na caçada da onça a atacá-la, ainda na primeira versão da obra que estudamos, mesmo que nessa turma não houvesse nenhum negro. O termo permaneceu nas outras edições. E na versão ampliada de 1933, a palavra macacos foi usada mais uma vez para se referir aos caçadores do Sítio, pelo simples motivo de subirem em árvores para se salvarem da onça. Esses trechos, como afirmamos anteriormente, não incomodaram o denunciante. Se a associação do indivíduo negro ao macaco o desumaniza, o inferioriza, não deveria, também, desumanizar a associação de quaisquer indivíduos aos símios? Nesse caso Pedrinho e Narizinho, humanos, seriam desumanizados, inferiorizados. Emília, Rabicó e Visconde, que não são humanos, mas, no Sítio do Picapau Amarelo, têm esse *status*, também seriam rebaixados. Mas isso não acontece. Nem com as personagens lobatianas não negras, nem com os humanos não negros em geral.

Ao contrário, o termo macacada é comumente utilizado para designar grupos de pessoas, de modo informal. É essa a primeira definição dicionarizada que se encontra ao digitar o termo no google: “um monte de gente junto” (BB, 2007). Esse também é o primeiro significado da palavra encontrado no Dicionário Online de Português (2016): “[popular] Grupo de amigos, de pessoas da família; a turma, o pessoal” (MACACADA, 2016).

Em relação ao termo macaco, é interessante lembrar que no nordeste brasileiro, ele ainda é utilizado para indicar que uma pessoa é feia (GALEGO, 2012). Foi empregado pelos cangaceiros para designar os soldados que os perseguiam. O motivo não é certo, mas há quem afirme ser devido à cor do uniforme e à vocação para obedecer ordens (PETROF, 2015). Há quem diga que é porque pulavam em retirada (VAINSENCER, 2008) – provavelmente tentando desviar-se das balas provenientes das armas dos cangaceiros.

É também adequado apontar que no Rio Grande do Sul, os torcedores do Internacional são apelidados de macacos. Também há várias justificativas para isso. Dentre elas, a de que, por falta de lugar para sentar nos estádios antigos, que eram pequenos, esses torcedores assistiam aos jogos dependurados nas árvores próximas. Alguns dizem que o apelido se deve ao fato de, no início, os jogadores serem negros e os torcedores, pobres. Os torcedores do Grêmio, à época pessoas com melhores condições econômicas, os chamavam de macacos. Outros dizem que é porque, como os macacos, os torcedores do Internacional são imitadores, gostam de copiar o que o Grêmio faz. Atualmente, há muitos torcedores colorados (outro apelido para os fãs do Internacional do RS) que dizem se orgulhar de serem “macacos” (CÁSSIO, 2014).

Voltando à expressão “macaca de carvão” que o narrador empregou para descrever o fato de tia Nastácia ter subido no pau de sebo para livrar-se da onça, tratemos agora do carvão, que é preto. Assim, com base nos documentos e textos que consultou, ou seja, fundamentado unicamente em suas próprias experiências e conhecimentos, em seu próprio contexto (chamado, na literatura, de contexto de recepção), desprezando o contexto de escritura da obra, como já apontamos, Costa Neto pode ter intuído que a palavra carvão poderia estar reforçando a cor de pele da personagem e, desse modo, reforçando o racismo. Mas... só existem macacos de pelos negros?

Fizemos uma busca pelas imagens do google, utilizando o termo “todos os tipos de macacos do Brasil” e a grande maioria de figuras que apareceram era de macacos com pelagem clara! Destacam-se como macacos de pelos pretos, no Brasil, o macaco-aranha e o mico-leão-preto. No entanto, cremos que o denunciante não sabia disso e desconhecia o macaco de carvão à época de sua queixa.

Também conhecido como muriqui do sul ou macaco mono-carvoeiro, o *Brachyteles hypoxanthus* é o maior primata do continente americano, encontrado exclusivamente na Mata Atlântica. É dócil – “muriqui”, palavra de origem tupi, significa “gente tranquila” –, de pelos longos, macios e claros que contrastam com sua face negra de contorno branco, conforme se pode ver na figura 3. Tem braços e pernas finos e compridos, e uma cauda preênsil longa, que lhe permitem ficar dependurado nas árvores por bastante tempo. Vive no topo das árvores e, por isso, apesar do seu tamanho, é difícil de ser avistado. Mesmo sendo um grande primata, o macaco de carvão é extremamente ágil, desloca-se rapidamente e consegue saltar até dez metros entre as árvores (MONO, 2010).

**Figura 3 – Macaco de carvão. Foto de Pedro Jordano.
Fonte: KUGLER, 2014.**



Acreditamos que o narrador de *Caçadas de Pedrinho*, depois de comparar Pedrinho, Narizinho, Emília, Visconde e Rabicó a macacos por se dependurarem numa árvore para fugir da onça, teve a mesma intenção quando comparou tia Nastácia a um macaco: a de mostrar que a personagem se dependurara! Porém, ao contrário dos outros, que puderam apoiar-se nos galhos laterais da árvore, o que lhes facilitou a subida, tia Nastácia não teve

apoio, pois subiu em um mastro que, na época de São João, era transformado em pau de sebo. Trata-se de um tronco de madeira muito alto (alguns têm mais de oito metros de altura), lixado para ficar bem liso. Nas festas juninas, um prêmio é colocado em seu topo e ele recebe uma camada grossa de graxa (sebo de boi), para ficar escorregadio e servir de brinquedo. Quem chega ao topo fica com o prêmio.

Pensamos, como Almir Albuquerque (2012), que quando comparou tia Nastácia a um macaco de carvão, a intenção do narrador foi a de destacar a sua destreza, pois subir em um mastro, mesmo quando ele não está engraxado, é difícil e exige muita agilidade. Como vimos, o macaco carvão, apesar de grande, é muito ágil e, a nosso ver, a comparação, nesse sentido, fez jus à rapidez e facilidade com que tia Nastácia subiu no mastro, apesar de seu reumatismo e de seu tamanho (por ser adulta, é bem maior do que as personagens caçadoras e, além disso, nas ilustrações, ela é sempre apresentada como uma mulher gorda, como mostram as figuras 4, 5, 6 e 7).



Figura 4 - Ilustração de Votolino para a capa de *A Menina do Narizinho Arrebitado*, 1920.
Fonte: PADOVANI, 2015.

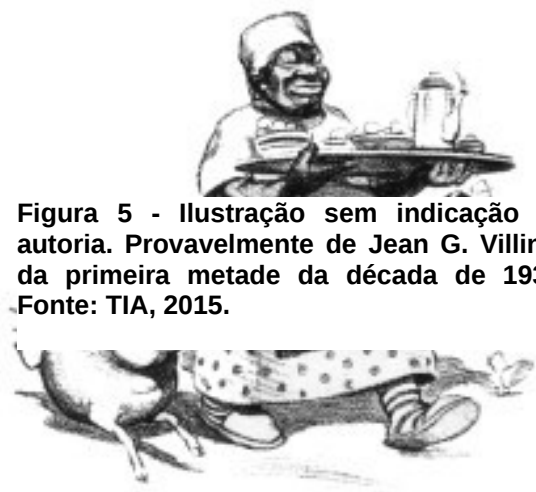
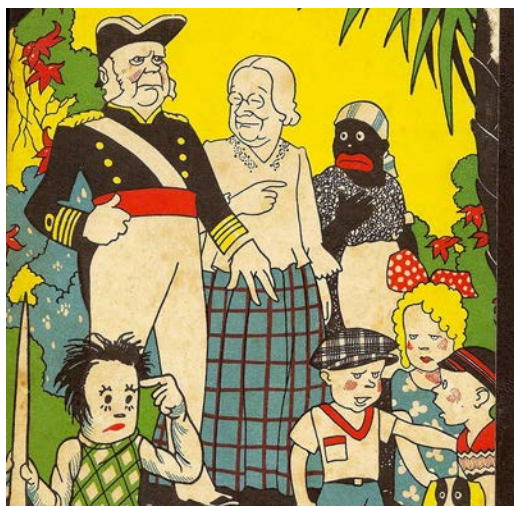


Figura 5 - Ilustração sem indicação de autoria. Provavelmente de Jean G. Villin e da primeira metade da década de 1930.
Fonte: TIA, 2015.



**Figura 6 – Ilustração de Belmonte para *Memórias de Emília*, 1936.
Fonte: PELIANO, 2015.**



**Figura 7 – Ilustração de Manuel Victor Filho para *Histórias de Tia Nastácia*, década de 1970.
Fonte: MONTEIRO, 2011.**

6.3 Identificando as partes

Costa Neto afirma ter analisado *Caçadas de Pedrinho* somente no que diz respeito ao tema das relações étnico-raciais na escola, área de sua pesquisa de Mestrado. Isso aponta para uma análise sociológica de uma obra literária, o que é perfeitamente possível, desde que se considere tanto as especificidades sociológicas quanto as literárias. Porém, como aconteceu com o contexto, a análise privilegiou apenas o ponto de vista sociológico, ou seja, desconsiderou o ponto de vista literário.

Antonio Candido (2006), um dos maiores estudiosos e críticos da literatura de todos os tempos, no Brasil, é sociólogo de formação e, propõe que se conjuguem os aspectos sociológicos e os literários de uma obra:

estudiosos contemporâneos [...] ao se interessarem pelos fatores sociais [...] procuram vê-los como agentes da estrutura, não como enquadramento nem como matéria registrada pelo trabalho criador; e isto permite alinhá-los entre os fatores estéticos (CANDIDO, 2006, p. 15).

Toda obra literária tem algumas dimensões sociais que são óbvias: referências a locais costumes, atitudes de um grupo, etc. No entanto, o tema da

história funda-se em condições sociais que precisam ser consideradas, de modo que se consiga apreender o significado desse tema (Cândido, 2009).

Ora, o tema da obra que estudamos é a caça. Na primeira parte, a caça de uma onça e todas as suas implicações; na segunda parte, a caçada de um rinoceronte que moveu todo o Brasil. Esta pesquisa se restringe à primeira parte, na qual Costa Neto encontrou trechos que considerou racistas.

Sendo a caça o tema da obra, a inserção da nota explicativa esclarecendo sobre seu contexto de escritura, “[...] um tempo em que os animais silvestres ainda não estavam protegidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), nem a onça era uma espécie ameaçada de extinção, como nos dias de hoje” (BRASIL, 2010a, p. 03), é pertinente. O entanto, o mesmo não se aplica ao tratamento dado a tia Nastácia. Primeiramente, porque esse não é tema da obra, embora componha sua dimensão social. Pode – e deve – ser analisado, é óbvio, desde que não o seja isoladamente. Seus aspectos externos (contextuais – de escritura e de recepção) e seus aspectos internos (estéticos, artísticos) devem formar um todo indissolúvel, em que “tudo é tecido num conjunto, cada coisa vive e atua sobre a outra” (CANDIDO, 2006, p. 14).

Em segundo lugar, cremos que uma nota explicativa sobre racismo não caiba em *Caçadas de Pedrinho* porque tia Nastácia não é uma personagem somente dessa obra, mas de todas as obras que compõem o que podemos chamar de saga do Sítio do Picapau Amarelo, um conjunto de 17 histórias infantis e juvenis. Em todas elas, tia Nastácia é chamada de “negra beijuda”, “negra velha”, “pretura”, “negra de estimação”, dentre outras expressões que no Brasil de hoje ninguém usaria declaradamente para se referir a uma pessoa negra. Assim, como há trechos racistas em *Caçadas de Pedrinho*, há também em todas as outras histórias infantis e juvenis escritas por Lobato; e se a nota explicativa sobre racismo fosse pertinente a essa obra, também o seria a todas as outras.

Uma nota explicativa com esse teor em todos os livros que compõem a saga do Picapau Amarelo seria, a nosso ver, algo um tanto exagerado e redundante. Afinal, nossas crianças são expostas diariamente à mídia, que condena o racismo. Há inúmeras obras literárias contemporâneas – e a cada ano, outras são escritas – apontando que somos todos igualmente humanos, independentemente da cor da nossa pele; apresentando heroínas e princesas negras. Há séries e filmes infantis e

juvenis com personagens negros em nossa televisão e internet e o acesso a esses meios por parte de nossas crianças é cada vez maior.

Os fatores que apresentamos são suficientes para mostrar que uma nota explicativa sobre o racismo em *Caçadas de Pedrinho* não é necessária, a nosso ver. No entanto, cremos ainda que a opinião de Marisa Lajolo pode concluir brilhantemente a questão da nota explicativa, com um argumento que nós não havíamos pensado, mas que, depois de conhecê-lo, passamos a agregar aos nossos:

O que é que vai se dizer nessa nota? [...] Que o livro representa uma negra antes de haver movimentos negros no Brasil? Acho que não. [...] essa nota é absolutamente desnecessária e ela é um atestado de ignorância pro leitor do livro. Porque, veja: quando as crianças matam a onça, os bichos da floresta se revoltam e invadem o Sítio. Os bichos não precisam que o IBAMA venha defendê-los. Os bichos se defendem a si mesmos.

Então uma certa ideia de tutela do Estado, de tutela do editor [...] é muito ruim. Isso é o que eu estou chamando, aqui, de atestado de ignorância pro leitor: você já diz pro leitor o que é pra ele achar do livro [...] notas [...] dizendo: “veja, leitor, como Emília era irreverente”; “veja, leitor, como os negros foram maltratados no Brasil”... Eu não sei [...] qual é o resultado disto tem termos de formação de leitores melhores, de leitores mais críticos, de leitores mais capazes de serem sujeitos da História. [...] o que pode acontecer é você criar leitores cada vez mais dependentes de uma interpretação prévia daquilo que eles estão lendo (MARISA, 2011).

Ainda que a expressão “nota explicativa” tenha sido retirada no segundo parecer do CNE, substituído por “texto de apresentação de contextualização crítica do autor e da obra”, o objetivo desse texto permanece o mesmo: “informar o leitor sobre os estudos atuais e críticos que discutem a presença de estereótipos na literatura, entre eles os raciais” (FERES JR.; NASCIMENTO; EISENBERG, 2013, p. 73), ou seja, permanece com a intenção de dizer ao leitor como ele deve entender o texto literário.

6.4. Encaixando as últimas peças

Se tia Nastácia recebe, na obra lobatiana, um tratamento hoje considerado racista, há que se considerar que à época da escritura, o autor deu a ela um *status* bem maior do que tinham as negras que, como ela, foram escravas e, depois de livres, permaneceram nas casas de seus ex-donos como empregadas. Ainda que tenha um espaço relativamente pequeno na maioria das histórias, Lobato lhe confere poder e independência, e lhe dá “a oportunidade de falar e agir numa sociedade e numa época em que somente brancos – e homens – tinham voz” (VASQUES, 2007, p. 24). Mais do que empregada da casa, ela é soberana na cozinha, é autoridade parceira e amiga de Dona Benta, a proprietária do Sítio lobatiano.

Tia Nastácia representa, tal qual Dona Benta, a sabedoria. No entanto, enquanto Dona Benta encarna a sabedoria europeia, de cultura livresca, a sabedoria de tia Nastácia é proveniente do povo, das tradições transmitidas oralmente, de suas observações, da experiência. “Ela não sabe ler, mas sabe cozinhar e faz cocadas e pés de moleques tão saborosos que são lembrados por escrito, no convite do Circo de Escavatinhos, como atrativos do espetáculo” (VASQUES, 2007, p. 84), em *Reinações de Narizinho*. Pedrinho, em *Histórias de Tia Nastácia*, afirma que sua mãe havia lhe dito que negras velhas eram verdadeiros dicionários de histórias folclóricas. Nastácia é a desculpa e o meio que Lobato encontrou para divulgar e valorizar o folclore brasileiro, resgatando elementos de origem africana e seu papel na constituição da nossa cultura. Porém, mais do que isso,

[...] tia Nastácia encarna a divindade criadora, dentro do sítio do Picapau Amarelo. Ela é quem cria Emília, de uns trapos. Ela é quem cria o Visconde, de uma espiga de milho. Ela é quem cria João Faz-de-conta, de um pedaço de pau. Ela é quem “cura” os personagens com suas costuras ou remendos. Ela é quem conta as histórias tradicionais, quem faz os bolinhos. Ela é a escolhida para ficar no céu com São Jorge (ABL apud BRUM, 2010).

Tia Nastácia não foi protagonista nas histórias de Lobato, da mesma forma que o negro não era protagonista na mentalidade da época em que essas histórias foram escritas. No entanto, o autor não ignorou sua presença na sociedade e suas contribuições para a construção socioeconômica e cultural do país.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos muito a considerar sobre as diversas questões que foram suscitadas ao longo deste estudo. E essas considerações – e respostas, que buscamos – nos obrigaram a examinar não somente a vida do autor, mas principalmente, os aspectos históricos, filosóficos, sociais e culturais que originaram e determinaram o racismo no mundo e no Brasil – e continuam a determinar, embora, em nosso país, de forma velada devido à sua recente criminalização. Também nos obrigaram a examinar as estratégias ficcionais, literárias, das quais todo autor lança mão para escrever suas histórias e criar mundos possíveis somente na imaginação.

Perguntamo-nos se *Caçadas de Pedrinho* pode ser considerada uma obra com trechos racistas. Nossa resposta é que um texto literário tem abundância de significados que são construídos por quem lê. Como afirma Marisa Lajolo (2011), estudos oriundos de diversas áreas – Linguística, Pedagogia, Teoria Literária e Neurociências – não deixam dúvidas de que é o leitor que negocia com o autor (por meio das palavras que ele juntou no texto literário) e consigo mesmo, sobre os sentidos que dará ao que lê. Isso significa dizer que o leitor é o sujeito da sua leitura. E nunca se sabe quais serão os sentidos que um leitor vai atribuir à sua leitura. Dois leitores diferentes que leem o mesmo texto encontrarão significados diversos, de acordo com suas experiências e conhecimentos. Cada um lê com o conhecimento e as experiências que tem e com isso, constrói significados sobre o que lê. Isso é possível porque o leitor interage com o autor por meio do texto. Penetra num lugar e num tempo que não são seus, mas do autor, e tem que ressignificá-los com os elementos que lhe estão disponíveis: suas experiências e seus conhecimentos. Muitas vezes, pode buscar novos conhecimentos que lhe permitam apreender melhor os sentidos presentes no texto. Assim, é possível que o leitor perceba aspectos que fogem a outro leitor e até mesmo que escaparam ao próprio autor.

Ao ler *Caçadas de Pedrinho*, uma criança pode não perceber sinais de conteúdo racista quando, por exemplo, o narrador compara tia Nastácia com uma macaca de carvão, como aconteceu com o professor baiano Muniz Sodré, que leu a obra em criança. No entanto, apesar de dizer que nunca os havia percebido, “eles

estão lá para quem se dispuser a bem enxergar” (SODRÉ apud LAJOLO, 2011, p. 9). Nós lemos algumas das histórias de Lobato já na vida adulta, e nunca nos damos conta de que havia um conteúdo racista. Esse sentido nos fugiu. E provavelmente fugiu ao autor, pois o que ele mostra nas histórias que escreve é “um fiel reflexo da Sociedade e dos Tempos que lhe foram dados viver” (COELHO, 1984, p. 733). Já Costa Neto, possivelmente lendo *Caçadas de Pedrinho* para seus estudos étnico-raciais, tendo toda uma bagagem de conhecimentos sobre o assunto e ainda a experiência de ser negro e do acesso a movimentos negros, percebeu que a obra continha trechos racistas.

Perguntamo-nos também se a obra à qual dedicamos este estudo estaria contribuindo para a perpetuação da mentalidade racista ainda arraigada no povo brasileiro. Redarguimos: de forma alguma! Ao contrário, ela fez com que se expandissem e se aprofundassem os necessários debates em torno desse tema, enraizado na mentalidade dos brasileiros.

Caçadas de Pedrinho não seria apenas uma obra que capta e resgata aspectos sócio-históricos e culturais de um determinado tempo e espaço reais, rerepresentando-os em forma de narrativa ficcional? Essa é uma obra que capta e resgata aspectos do seu tempo, sim, mas não *apenas*. Se não o fizesse, não estaríamos aqui discutindo sobre a possibilidade de ela trazer aspectos racistas, pois em seu tempo de escritura, esses eram aspectos do cotidiano. Nos lares, havia “negros de estimação”; muitos consideravam os negros menos humanos do que brancos, e assim os tratavam, chamando-lhes de “negros beiçudos”, “carne preta”, “macacos” e usando outros termos pejorativos, ranço de séculos de escravatura e conseqüente exploração da mão de obra negra.

Ao mesmo tempo em que Lobato nos traz seu tempo por meio de suas obras, ele o faz utilizando-se de técnicas narrativas ficcionais. O que isso significa? Isso quer dizer que Lobato *inventa* muita coisa. Dá vida, inteligência e voz a um sabugo, uma boneca de pano e a um leitão – quer dizer, ao leitão ele não dá nem vida, nem inteligência. Em vez disso, dota-o de gula e instinto de sobrevivência; bota um grupo de crianças, leitão e coisas (a boneca e o sabugo) na mata fechada para caçarem, sozinhos, uma onça; faz os bichos da mata promoverem uma assembleia para deliberar contra humanos; consegue a proeza de fazer uma velha de mais de 60 anos – Dona Benta – e um leitão andarem de pernas de pau; leva uma leitora de suas obras já publicadas – a Cléo – para passear no Sítio do Picapau Amarelo, que

também só existe na imaginação do autor, numa história que ainda está sendo escrita...

Tudo isso Lobato faz usando apenas tinta, papel e palavras. Cria um mundo em cada história que escreve. Mundos em que os leitores de várias gerações já “moraram”, como ele planejara fazer ainda bem jovem, como ele morara em algumas histórias que lera em sua infância. Lobato faz *ficção*. Faz *literatura*. Faz *arte*. E com sua arte, contribui com a construção da sensibilidade dos que a leem, com a ampliação de seus horizontes mentais e psíquicos, ensina-lhes sobre o mundo, os outros e sobre si mesmos, sobre o passado, o presente e o futuro, possibilitando que se tornem mais críticos, mais livres, e transformadores.

No entanto, não podemos nos esquecer que ainda que o autor faça referências indiretas a vivências reais,

Na ficção narrativa desaparece o enunciador real. Constitui-se um narrador fictício que passa a fazer parte do mundo narrado, identificando-se por vezes (ou sempre) com uma ou outra das personagens [...] O narrador fictício não é sujeito real [...] desdobra-se imaginariamente e torna-se manipulador da função narrativa, como o pintor manipula o pincel e a cor (CANDIDO et al, 1970, p. 22-26, grifos nossos).

Sob essa perspectiva, Lobato, notoriamente racista, participante de um grupo eugenista, não existe em suas histórias. Isso responde à nossa próxima indagação. Ainda que algumas características de Lobato estejam presentes em alguns de seus personagens, inclusive no narrador, que é igualmente um personagem, essas características alternam-se entre os personagens. Ora elas aparecem em Pedrinho, ora em Emília, ora em Visconde, em Dona Benta, ora num ou noutro dos animais da mata... Assim, quando seus personagens usam palavras e expressões racistas, não é Lobato que está colocando o seu racismo nas histórias que escreve. Ele apenas faz referências à vida cotidiana de seu tempo.

Não podemos aceitar a ideia privar as crianças brasileiras das obras lobatianas e de outros autores porque alguém encontrou algum trecho que pode ser considerado preconceituoso. Tira-se *Caçadas de Pedrinho* hoje porque há expressões racistas, tira-se a obra de outro autor porque há traços de xenofobia, e de outro porque é sexista, e amanhã não haverá livros para nossas crianças e jovens. Dessa forma, não podemos concordar com a retirada de *Caçada de Pedrinho*, nem de nenhuma outra obra literária de autores consagrados.

Também não concordamos com o acréscimo de notas explicativas, pois, como já apontamos, elas vão retirar da obra a liberdade que o leitor tem de construir os sentidos que bem desejar; vai orientar a leitura, dizendo ao leitor como ele deve compreendê-la e isso, em nossa opinião, é uma forma de censura. Ademais, quando uma obra verdadeiramente literária coloca um problema, ela mesma apresenta possíveis caminhos para solucioná-lo. Além disso, notas explicativas não são suficientes para dar fim às atitudes racistas que as crianças enfrentam em seu dia a dia, da mesma forma que a falta delas não as tornam racistas.

Vimos que há professores racistas. E alunos. E, obviamente, pessoas de várias áreas. Mas nosso foco são alunos e professores, é a escola. Desse modo e diante de tudo o que expusemos neste estudo, podemos afirmar que nenhuma das recomendações relativas a *Caçadas de Pedrinho* é bastante para que se ponha um fim às atitudes racistas que as crianças enfrentam tanto por parte de seus pares como por parte de alguns professores.

No entanto, uma das sugestões – a de capacitar e formar professores para trabalhar com as questões étnico-raciais – não é somente possível, mas extremamente necessária. Temos leis já regulamentadas que tratam disso, mas parece que os brasileiros não costumam acatar leis!... Acreditamos, sim, que há urgência no preparo e formação de todos os profissionais da educação para o trato com as questões étnico-raciais que surgem no contexto escolar, mas também cremos que esse é um trabalho a ser desenvolvido a longo prazo, pois o racismo, no Brasil, é estrutural e institucionalizado, como bem o disse a ONU. Não vai deixar de existir num passe de mágica, num piscar de olhos. É preciso que haja um forte investimento na educação étnico-racial, por um longo tempo, para que as estruturas do racismo, no Brasil, sejam derrubadas. Pensemos em quanto tempo e investimento seria preciso para que a professora Sônia Valéria Rebello Fernandez desmontasse as estruturas mentais racistas e estivesse habilitada para tratar, com seus alunos, questões relativas a esse tema...

Se Sônia, durante sua formação em Pedagogia, tivesse tido a oportunidade de ampliar e aprofundar os estudos e debates diversidade étnico-racial, como propõe Gomes (2011, p. 6), suas atitudes poderiam ou não ser diferentes.

O que temos certeza é que o ambiente escolar brasileiro – de instituições públicas e privadas – não está preparado para lidar nem com situações de racismo,

nem com situações que envolvam gênero, religião, ou qualquer outro tipo de preconceito.

Este estudo nos apontou que não se pode negar que o negro tem um papel importante na literatura lobatiana, ocupando vários de seus contos, os quais denunciam a escravidão e a situação em que eram mantidos os escravos. Desta forma, segundo nossa análise, as obras de Monteiro Lobato ocupam um lugar importante no âmbito escolar, uma vez que podem servir de ponto de partida para discussões sobre temas importantes como o racismo.

Contudo, a literatura precisa ser tratada como um todo, integrando o contexto de escritura, o da leitura e suas especificidades internas, estéticas. E assim deve ser trabalhada na escola. Nesse sentido, é necessário que haja também capacitação e formação de professores de modo que eles saibam trabalhar com a literatura com seus alunos, sem “orientar” leituras, uma vez que isso seria uma forma de censura.

Este estudo não tem a pretensão de encerrar as questões em torno do racismo, mesmo porque ela existe há milênios e até hoje, não se chegou nem perto de um consenso. Há muito a ser discutido em relação ao racismo no Brasil e, com certeza, a polêmica gerada pela denúncia de Costa Neto foi uma oportunidade para que essa discussão envolvesse várias esferas da sociedade, ganhando espaço nas escolas, na mídia e, em consequência disso, nos lares brasileiros.

REFERÊNCIAS

AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel de. **Teoria da literatura**. 1. ed. brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

ALBUQUERQUE, Almir. Monteiro Lobato contextualizado. **Panorâmica Social**, 17 out. 2012. Disponível em: <<http://www.panoramicasocial.com.br/2012/10/monteiro-lobato-contextualizado.html>>. Acesso em: 07 set. 2016. Não paginado.

ANDRÉ, Marli Eliza. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

BARBOSA, João Alexandre. Literatura Nunca é Apenas Literatura. In: CENTRO de Referência em Educação Mário Covas. **Série Idéias**. n. 17. São Paulo: FDE, 1994. p. 21-26. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_17_p021-026_c.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2015.

BARCELOS, Gisele. Polícia apura suposto ato de racismo cometido por professor em Uberaba (MG). **Folha de São Paulo**, 01 out. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2014/10/1525319-policia-apura-suposto-ato-de-racismo-cometido-por-professor-em-uberaba-mg.shtml>>. Acesso em 04 set. 2016. Não paginado.

BARTHES, Roland. **Aula**: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada no dia 7 de janeiro de 1977. Tradução e posfácio de Leyla Perrone- Moisés. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

BARROS, Ana Cláudia. Estudiosos tentam limpar racismo da obra de Lobato, diz escritora. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 maio 2011. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2011/05/11/estudiosos-tentam-limpar-racismo-da-obra-de-lobato-diz-escritora/>>. Acesso em: 15 dez. 2013. Não paginado.

BB. **Dicionário informal**. São Paulo, 05 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/macacada/>>. Acesso em: 08 set. 2016. Não paginado.

BEGUOCCI, Leandro. Por que chamar negro de macaco é racismo? **Trivela**, 05 set. 2014. Disponível em: <<http://trivela.uol.com.br/por-que-chamar-negro-de-macaco-e-racismo/>>. Acesso em: 08 set. 2016. Não paginado.

BRADLEY, James. Xingar de macaco: uma pequena história de uma ideia racista. **Beréia Urbana**, 02 maio 2014. Disponível em: <<http://juliana-ayres.blogspot.com.br/2014/05/saiba-origem-desta-historia-negros-x.html>>. Acesso em: 08 set. 2016. Não paginado.

BRAGA, Pedro. Da especificidade do literário. In _____. **O riso e o trágico**. Brasília: LGE Editora, 2010. p. 53-59. Disponível em: <http://blog-pedrobraga.blogspot.com.br/p/da-especificidade-do-literario_30.html>. Acesso em: 15 abr. 2016. Não paginado.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 1988 (atualizada em 2014). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/constituicaotextoatualizado_ec77-1>. Acesso em 03 Fev. 2014. Não paginado.

BRASIL. **Lei n. 1.390, de 03 de julho de 1951**: Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1390.htm>. Acesso em: 14 set. 2016.

BRASIL. **Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989**: Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília: Presidência da República/Casa Civil/Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>. Acesso em: 15 set. 2013. Não paginado.

BRASIL. **Lei n. 9.459, de 13 de maio de 1997**: Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9459.htm>. Acesso em 14 set. 2016.

BRASIL. **Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010**: Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, 2010b Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em: 04 set. 2016.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB n. 15, de 1 de setembro de 2010**: Orientações para que a Secretaria de Educação do Distrito Federal se abstenha de utilizar material que não se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista. Relatora: Nilma Lino Gomes. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação, 2010a Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6702-pceb015-10&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 18 abr. 2016.

BRASIL. **Orientações curriculares para o ensino médio**: Linguagens, códigos e suas tecnologias. V. 1. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2013.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: Língua Portuguesa. 3. ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

BRUM, Eliane. Em nome do bem se faz muito mal. Época, 08 nov. 2010. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI185788-15230,00-EM+NOME+DO+BEM+SE+FAZ+MUITO+MAL.html>>. Acesso em: 26 jul. 2013. Não paginado.

CAITANO, Adriana. Deputado liga negros a descendência amaldiçoada de Noé. **Veja**. 31 mar. 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/marco-feliciano-outro-deputado-contragays-e-negros>>. Acesso em: 03 dez. 2013. Não paginado.

CANDIDO, Antonio et al. **A personagem de ficção**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1970.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. Disponível em: <http://www.fecra.edu.br/admin/arquivos/Antonio_Candido_-_Literatura_e_Sociedade.pdf>. Acesso em 09 set. 2016.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: _____. Vários escritos. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

CARVALHO, Daniel et al. **Pesquisa Bibliográfica**. Goiânia, 16 jun. 2004. Disponível em: <<http://pesquisabibliografica.blogspot.com.br>>. Acesso em: 04 jul. 2016. Não paginado.

CASSIO explica a origem do apelido pejorativo da torcida colorada: "Sou macaco". **Espiadinha**, 08 fev. 2014. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/espiadinha/2014/02/08/cassio-explica-a-origem-do-apelido-pejorativo-da-torcida-colorada-sou-macaco/?topo=52,1,1,,186,e186>>. Acesso em 07 set. 2016. Não paginado.

CAVALHEIRO, Edgard. **Monteiro Lobato**: vida e obra. Tomo 1. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956a.

CAVALHEIRO, Edgard. **Monteiro Lobato**: vida e obra. Tomo 2. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956b.

CAVALLI-SFORZA, Luca; CAVALLI-SFORZA, Francesco. **Quem somos?** História da diversidade humana. São Paulo: UNESP, 2002.

CHADE, Jamil. Racismo é 'estrutural e institucionalizado' no Brasil, diz a ONU. **O Estado de São Paulo**, 12 set. 2014. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,racismo-e-estrutural-e-institucionalizado-no-brasil-diz-a-onu,1559036>>. Acesso em 08 set. 2016. Não paginado.

CHARTIER, Roger. A nova história cultural existe? In: PESAVENTO, Sandra Jathay. **História e linguagens**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

COELHO, Nelly Novaes. **A literatura infantil**: história, teoria, análise: das origens orientais ao Brasil de hoje. São Paulo: Quíron; Brasília: INL, 1981.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico de literatura infantil e juvenil brasileira**: 1882-1982. 2. ed. São Paulo: Quíron; Brasília: INL, 1984.

COSSON, Rildo. **Letramento Literário**: Teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CRIADA a Lei Afonso Arinos, a primeira norma contra o racismo no Brasil. **O Globo**: Fatos Históricos, 21 out. 2013. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/criada-lei-afonso-arinos-primeira-norma-contra-racismo-no-brasil-10477391>>. Acesso em: 24 jun. 2016. Não paginado.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura infantil**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.

DANTAS, Paulo (Org.). **Vozes do tempo de Lobato**. Brasil: Traço, 1982.
 DIOP, Cheikh Anta. **Civilization or barbarism**. an authentic anthropology. New York: Lawrence Hill Books, 1991.

ENTENDA as cotas para quem estudou todo o ensino médio em escolas públicas. **Portal MEC**, 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>>. Acesso em: 08 set. 2016. Não paginado.

ESTUDANTE denuncia professor da UFMT por racismo: “pretinha”. **G1MT**, Sinope, MT, 26 maio 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/05/estudante-denuncia-professor-da-ufmt-por-racismo-pretinha.html>>. Acesso em 04 set. 2016. Não paginado.

FERES JR., João; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes; EISENBERG, Zena Winona. Monteiro Lobato e o politicamente correto. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 69-108, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v56n1/a04v56n1.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2016.

FOLEY, Robert. **Os humanos antes da humanidade**: uma perspectiva evolucionista. Tradução de Patricia Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

FOURNIER-GONZÁLEZ, Gervásio. **La raza negra es la más antigua de las razas humanas**: estudio paleontológico, arqueológico, histórico y geográfico. Valladolid, España: Saturnia Pérez, 1901.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira. Ilustrações de Tomás Santa Rosa e Poty. 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

FREYRE, Gilberto. **O brasileiro como tipo nacional de homem situado no trópico e, na sua maioria, moreno**: comentários em torno de um tema complexo. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. p. 41-57. Disponível em: <http://bvfg.fgf.org.br/portugues/obra/opusculos/brasileiro_nacional.html>. Acesso em 10 out. 2013.

FUX nega liminar para tirar ***Caçadas de Pedrinho*** de escolas públicas. **Consultor Jurídico**, 24 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-dez-24/fux-nega-liminar-tirar-cacadas-pedrinho-escolas-publicas>>. Acesso em: 16 mar. 2015. Não paginado.

GALEGO. **Yahoo respostas**, 2012. Disponível em: <<https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20121204120111AA1n90q>>. Acesso em 07 set. 2016. Não paginado.

GIUCCI, Guilherme. Especial Gilberto Freyre 110 anos – dando o que falar. **História.com.br**, 19 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/especial-gilberto-freyre-110-anos-dando-o-que-falar>>. Acesso em: 16 jul. 2016. Não paginado.

GOMES, Nilma Lino; BARROS, Ronaldo. Sem igualdade racial não há democracia. *Carta Capital*, 23 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/sem-igualdade-racial-nao-ha-democracia>>. Acesso em: 08 set. 2016. Não paginado.

GOMES, Nilma Lino (Rel.). **Parecer CNE/CEB n. 6/2011**. Brasília: Ministério da Educação; Conselho Nacional da Educação, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16368&Itemid=866>. Acesso em: 12 Dez. 2013.

ILUSTRADOR de sonhos – J.U.Campos. **Pablog do Sítio**, 5 jun. 2014. Disponível em: <<http://blogdositiiodopicapauamarelo.blogspot.com.br/2014/06/ilustrador-de-sonhos-ju-campos.html>>. Acesso em: 23 ago. 2016. Não paginado.

KUGLER, Henrique. Uma nova extinção em massa? **Ciência Hoje**, 22 ago. 2014. Disponível em: <<http://chc.org.br/uma-nova-extincao-em-massa/>>. Acesso em 07 set. 2016. Não paginado.

LAJOLO, Marisa. **Monteiro Lobato**: um brasileiro sob medida. São Paulo: Moderna, 2000.

LAJOLO, Marisa. Paratextos e contextos da obra infantil lobatiana: tia Nastácia em *Caçadas de Pedrinho*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC “CENTRO, CENTROS – ÉTICA, ESTÉTICA, 12., 2011, Curitiba. *Anais...*, Curitiba, UFPR, 2011, disponível em: <<http://www.abralic.org.br/eventos/cong2011/AnaisOnline/resumos/TC0526-1.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2016.

LOBATO, Monteiro. **Caçadas de Pedrinho**. 14. ed. Ilustrações de André Le Blanc. São Paulo: Brasiliense, 1962.

LOBATO, Monteiro. **Cartas de amor**. São Paulo: Brasiliense, 1969. (Obras Completas de Monteiro Lobato, série 1, v. 2).

LOBATO, Monteiro. **Reinações de Narizinho**. 18. ed. São Paulo: Brasiliense. 1959.

LOOMIS, W. Farnsworth. Skin-pigment regulation of vitamin-D biosynthesis in man. Variation in solar ultraviolet at different latitudes may have caused racial differentiation in man. **Science**, v. 157, n. 3788, p. 501-506, 4 ago. 1967.

MACACADA. **Dicionário online de português**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/macacada/>>. Acesso em: 08 set. 2016. Não paginado.

MACHADO, Ana Maria. **Silenciosa algazarra**: reflexões sobre livros e práticas de leituras. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MANSO, Bruno Paes. Professor é acusado de racismo em aula na FFLCH-USP. O debate pode ser bom, se ficarmos atentos às injustiças. **SP no divã**, São Paulo, 28 mar. 2014. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/sp-no-diva/professor-e-acusado-de-racismo-em-sala-de-aula-na-fflch-usp-o-debate-pode-ser-bom-se-manter-se-atento-as-injusticas/>>. Acesso em: 04 set. 2016. Não paginado.

MARISA Lajolo fala sobre a obra de Monteiro Lobato. Produção de Nova Escola – ne.org.br. 2011. Vídeo (7:41 min.), online. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aKAUuOTQ3Vs>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

MARTINS, Miguel. O racismo em números. **Geledés**, 04 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/racismo-preconceito/racismo-no-brasil/22605-o-racismo-em-numeros-por-miguel-martins>>. Acesso em 05 jan. 2014. Não paginado.

MEC. Portal do Ministério da educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola?id=12368>> Acesso em: 4 set 2016

MÉDICO cubano dá lição de dignidade a colegas brasileiros. **Jornal do Brasil**, 28 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2013/08/28/medico->

cubano-da-licao-de-dignidade-a-colegas-brasileiros/>. Acesso em: 03 dez. 2013. Não paginado.

MISKOLCI, Richard. Resenha. STEPAN, Nancy Leys. A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. NL. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005. 228 p. (Coleção História e Saúde). **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 22, p. 231-233, jan. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n1/28.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

MONO-carvoeiro. **Culturamix**: primatas, 2010. Disponível em: <<http://animais.culturamix.com/informacoes/primatas/mono-carvoeiro>>. Acesso em: 23 ago. 2016. Não paginado.

MONTEIRO Lobato (Histórias de tia Nastácia) IV: A princesa ladrona. **Oceano de Letras**, 06 abr. 2011. Disponível em: <<https://nuhtaradahab.wordpress.com/2011/04/06/monteiro-lobato-historias-de-tia-nastacia-iv-a-princesa-ladrona/>>. Acesso em 07 set. 2016. Não paginado.

MOVIMENTO Sanitarista. **FGV CPDOC**: A era Vargas: dos anos 20 a 1945. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/MovimentoSanitarista>>. Acesso em 22 ago. 2016. Não paginado.

OLIVEIRA, Dennis de. Os dilemas da luta antirracista no Brasil. **Forum**, 01 nov. 2013. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2013/11/ok-os-dilemas-da-luta-antirracista-no-brasil/>>. Acesso em 03 dez. 2013. Não paginado.

OLSON, Steve. **A história da humanidade**: desvendado 150.000 anos da nossa trajetória através dos genes. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

PADOVANI, Daniel Medeiros. **Capas de Livros**, 2015. Disponível em: <<http://capasdelivrosbrasil.blogspot.com.br/2015/10/primeiros-livros-infantis-monteiro-lobato.html>>. Acesso em: 09 set. 2016. Não paginado.

PAZ, O. **O arco e a lira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PELIANO, Adriana. Aventuras de Alice no Sítio do Picapau Amarelo: livros de morar. **Emília**, nov. 2015. Disponível em: <<http://www.revistaemilia.com.br/mostra.php?id=514>>. Acesso em 07 set. 2016. Não paginado.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PETROF, Adriana. A emboscada. **DM Cultura**, 27 set. 2015. Disponível em: <<http://www.dm.com.br/cultura/2015/07/a-emboscada.html>>. Acesso em: 07 set. 2016. Não paginado.

POLÊMICA sobre racismo na obra de Monteiro Lobato continua. **Correio Brasiliense**. 23 maio 2013. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/cultura/2013/05/23/Cultura_Interna,367662/polemica-sobre-racismo-na-obra-de-monteiro-lobato-continua.shtml>. Acesso em: 03 dez. 2013. Não paginado.

PROFESSOR da Ufes acusado de racismo diz que alunos cotistas são semianalfabetos. **Folha Vitória**, 19 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.folhavitoria.com.br/geral/noticia/2015/03/professor-da-ufes-acusado-de-racismo-diz-que-alunos-cotistas-sao-semianalfabetos.html>>. Acesso em 04 set. 2016. Não paginado.

PROFESSOR demitido após denúncia de racismo vai voltar a dar aulas na Ufes. **G1 ES**, 16 fev. 2016a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/02/professor-demitido-apos-denuncia-de-racismo-vai-voltar-dar-aulas-na-ufes.html>>. Acesso em: 04 set. 2016. Não paginado.

PROFESSOR é acusado por estudante de racismo e acaba preso: 'Ele humilhava'. **G1 Santos**, 09 mar. 2016b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2016/03/professor-e-acusado-por-estudante-de-racismo-e-acaba-preso-ele-humilhava.html>>. Acesso em: 04 set. 2016. Não paginado.

PROJETO de vida: o papel da escola na vida dos Jovens. **Fundação Lemann**, 2015. Disponível em: <http://www.fundacaolemann.org.br/wp-content/uploads/2015/06/pesquisa_projeto_de_vida_apresentacao.pdf>. Acesso em 04 set. 2016.

RICHTER, André. STF nega pedido para suspender livro de Monteiro Lobato em escolas públicas. **EBC**, 23. dez. 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cultura/2014/12/stf-nega-pedido-para-suspender-livro-de-monteiro-lobato-em-escolas-publicas>>. Acesso em: 16 mar. 2015. Não paginado.

ROCHA, Jaqueline Negrini. **De caçada às caçadas**: o processo de reescritura lobatiano de *Caçadas de Pedrinho* a partir de *A Caçada da Onça*. 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) Instituto de Estudos da

Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000400405&fd=y>>. Acesso em: 24 maio 2015.

ROUSSELET, Felipe. “Existe uma mentalidade racista ainda muito aprofundada no nosso país”. **Forum**. 20 mar. 2013. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2013/03/trote-na-ufmg-existe-uma-mentalidade-racista-ainda-muito-aprofundada-no-nosso-pais/>>. Acesso em: 03 dez. 2013. Não paginado.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SERRÃO-NEUMANN, Silvia Maria. **Para além dos domínios da mata**: as estratégias de preservação de fragmentos florestais no Brasil. São Paulo: Annablume, 2007. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=2-LPFDcjoGMC&pg=PA118-IA1&lpg=PA118-IA1&dq=ca%C3%A7a+de+on%C3%A7a+em+1900&source=bl&ots=Vg8Ros6scG&sig=SaY-wodlwV1lxIJb8DkryhA7TKg&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjDzJWZ5qXPAhUDGJAKHXKsBksQ6AEIPTAI#v=onepage&q=ca%C3%A7a%20de%20on%C3%A7a%20em%201900&f=false>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

TIA Nastácia. **Colher de Pau**, 15 ago. 2015. Disponível em: <<http://colherdepau.sul21.com.br/2015/08/07/tia-nastacia/>>. Acesso em 07 set. 2016. Não paginado.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

TUFANO, Douglas. **Michaelis**: Guia prático da nova ortografia. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

VASQUES, Cristina Maria. **Fazendo arte na literatura**: um panorama lúdico e estético da literatura infantil e juvenil brasileira. 2011. 337f. Tese (Doutorado em Letras – Estudos Literários) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, 2011.

VASQUES, Cristina Maria. **O que é literatura**: Parte 1. In: UNIARA. Araraquara: Núcleo de Educação a Distância, 2013.

VASQUES, Cristina Maria. **Um passeio pela intertextualidade em Reinações de Narizinho**. 2007. 101 f. Dissertação (Mestrado em Letras – Estudos Literários) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, 2007.

VAINSENCER, Semira Adler. Lampião (Virgulino Ferreira da Silva) 2. ed.

Fundação Joaquim Nabuco: pesquisa escolar, Recife, 19 mar. 2008. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=320&Itemid=1>. Acesso em 08 set. 2016. Não paginado.

VÍTIMA de ofensas racistas em praia do Rio conta como discussão começou.

Produção de G1, 04 set. 2016. Vídeo (4:35 min.), online. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2016/09/vitima-de-ofensas-racistas-em-praia-do-rio-Conta-como-discussao-comecou.html>>. Acesso em: 05 set. 2016. Não paginado.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **O Racismo através da história**: da Antiguidade à Modernidade. 2007. Disponível em:

<<http://www.abruc.org.br/sites/500/516/00000672.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários**. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção leitura e crítica).

ZILBERMAN, Regina. Literatura infantil: livro, leitura, leitor. In: _____. (Org.) **A produção cultural para a criança**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p. 93-115. (Novas perspectivas, 3).

Orientador
Prof. Dr. Jorge Luís Mialhe

Co-orientador
Prof^a Dr^a Cristina M. Vasques

Discente
Elisângela Monteiro da Silva